

INOVA

Working Paper
622

2018

Antevendo Mais Lusofonia e outras memórias lusófilas

Jorge Braga de Macedo



Accredited by:



Member of:



Antevendo Mais Lusofonia e outras memórias lusófilas

Jorge Braga de Macedo

Índice

1. O Espírito da Lusofonia Global em Antonio Braz (1917-98)	2
Referências	17
2. Jill R. Dias (1944-2008)	19
3. Ultimato e lusofonia global	21
4. Lusofantasma nos lados do Campo Grande	24
5. A Primer on Global Lusophonia	26
References	28
6. International Governance at Nova SBE: Center, Program and Project	28
7. Nova, Africa & Finance Center	31
8. Antevendo Mais Lusofonia	33
Referências	44

Sumário: Estas memórias “lusófilas” pretendem revelar a diversidade da lusofonia no espaço e no tempo. Arriscando alguma redundância, reúnem oito textos escritos na Praia das Maçãs ao longo dos últimos dez anos sobre a relevância da Comunidade de Países de Língua Portuguesa enquanto organização multilateral baseada na cultura com sede em Lisboa. Evoco Jill Dias e Antonio Braz, reproduzo dois contributos para um *Blogue de História Lusófona* que existiu no IICT, três apresentações em inglês na Nova e em Cascais, bem como um ensaio acerca do futuro, focado em Angola, que dá o título. Além da ligação à Europa, que Portugal costuma esquecer, sustento que a dimensão económica e científica da CPLP para os seus membros (seis na África ao sul do Sara, Brasil e Timor além de Portugal) é complementar da cultural, pelo que a relevância da lusofonia se pode exprimir não apenas em português mas também noutras línguas veiculares, como o inglês. Isso tornou-se mais premente desde que dois membros do G20 e da OCDE se tornaram observadores da CPLP.

Foreseeing More Lusophonia, and other lusophile memories

Abstract: These “lusophile” memories seek to reveal the diversity of lusophonia in time and space. Bearing the risk of some redundancy, they gather eight texts written at the Beach of Apples over the last ten years on the relevance of the Community of Portuguese-speaking Countries as a multilateral culture-based organization located in Lisbon. Eulogies to Jill Dias and Antonio Braz precede two entries in a *Lusophone History Blog* which existed at IICT, three presentations in English at Nova and in Cascais, as well as an essay on the future, focused on Angola, which provides the title. In addition to the European link, which Portugal often forgets, I argue that the economic and scientific dimension of CPLP for its membership (six in Sub Saharan Africa, Brazil and Timor) is complementary to the cultural dimension which implies that the relevance of lusophonia can be expressed not only in Portuguese but also in other vehicle languages, such as English. This has become more pressing since two G20 and OECD members joined CPLP as observers

O Espírito da Lusofonia Global em Antonio Braz (1917-98) ¹



Nelson Mandela/Jöelle Bourgois/Pinto Barbosa/**ANTÓNIO BRAZ**/Carlos Mantero/Morito Morishima/Freire Antunes

¹ Apresentado no centenário, Tondela, 28 Julho 2017. Foi-me facultado o catálogo da exposição patente na Biblioteca Municipal Tomaz Ribeiro, da autoria de Nuno Santos, jornalista e curador, que contém informações baseada em notas de José Freire Antunes. Os agradecimentos estão no texto.

Neste dia honramos a memória de António Braz que aqui nasceu há cem anos e aqui instituiu uma Fundação com o seu nome. Recordamos uma vida que chega ao fim do século - e que abraça o mundo.

Juntou a benemerência a empresas multinacionais com o engenho e a arte de Luís de Camões e dividiu-se como Fernando Pessoa. Absorveu a “diferencialidade portuguesa na globalização” [anexo 1.2], inscrevendo-se no nosso destino histórico, e cito [23]: “sabemos que os valores se perdem quando se esbate a dignidade com que são defendidos e que se plastifica o contexto em que são vividos ou com que se defendem. Torna-se indispensável restaurá-los para cada contexto. Saber continuar.”

José Braz, que conheci em Washington quando trabalhávamos no FMI, falava-me do tio. Sei agora que Eduardo, seu pai, lhe dera o nome do irmão mais velho, aquele que acolheu António na África do Sul em 1937 graças ao padrinho homónimo, que servira de fiador. O próprio Eduardo seria acolhido na “América da África”, com mulher Fernanda e dois filhos, António e José, seguindo-se Ana, Eduardo João, Fernando e Liza - além de uma comenda. Chegaram em 1952, quando o modelo de negócio subjacente à “Marca Tony” alavancou o sucesso na África austral através da influência dos Estados Unidos².

Foi a mesma influência que nos levou para lá estudar economia, ele no Mass. eu no Conn. e trazer de volta uma consciência clara da relevância empresarial e científica da globalização [anexos 1.3 e 1.4]. O tio José morreu em Abril de 1979, altura em que deixei o FMI, mas a amizade com o Zé foi crescendo. Surgiu agora a oportunidade de me familiarizar com o percurso do tio António desde as montanhas lusitanas às quatro costas do Atlântico, lindamente ilustrado na exposição.

Já agora, quando Zé disse a meu pai que era natural de Tondela, logo ouviu que devia ser festeiro como os seus conterrâneos sempre tiveram fama de ser. Fama e proveito para todos, pude eu confirmar na casa de família que tinham na Costa da Caparica. Não sendo festeiro sinónimo de ramboia (aliás adjetivo de origem obscura), irei valer-me do catálogo para comparar a memória do singular tondelense à de meia dúzia de pessoas com espíritos afins.

Como o FMI ensina relativamente às economias nacionais, comparar é preciso, acertar não é preciso. Pior um pouco quando se trata de memórias de gente remota no espaço ou no tempo! O mais velho nasceu em Lisboa em 1895, no rescaldo da crise argentina e da república brasileira, o mais novo morreu em Paris em 2015, antes da democracia portuguesa ver um governo pró-europeu apoiado por dois partidos que o não são – até hoje!

Configuro então a família espiritual do homenageado com um embaixador resistente e um empresário altivo, nascidos nos anos 1890, dois coevos surpreendentes, uma embaixadora inovadora e um jornalista revoltado - que deveriam estar aqui, mas partiram antes de tempo.

² A expressão entre aspas é usada no catálogo (p. 23), sem se deter na complexidade do paralelo entre as primeiras potências dos dois continentes, desde [3], escrito 30 anos antes do autor receber o prémio Nobel da Economia. Ver nota 10 abaixo. Note-se que este paralelo não é apreciado nas potências seguintes, que agora também são membros do G20: Argentina (próxima presidência), Brasil, México, Argélia, Egipto, Nigéria (não contando Canadá que, com Itália, completou o G7 depois da Cimeira de Rambouillet em 1975).

Esta lusofonia com várias pátrias e várias línguas, tem sete magníficos personagens - posto que não sejam nem os guerreiros de Kurosawa nem os vaqueiros de Sturges, filmes que muitos teremos visto - cada qual na sua circunstância. Desdobro o escrito em três partes, três anexos eruditos e uma lista de 33 referências, deixando pistas para aprofundar e dúvidas por esclarecer em 16 notas.

1. Agradecimentos e tentativas

O agradecimento primordial vai para o Zé, dono da obra. Regressado à Nova, entrei para o *Instituto de Investigação Científica Tropical*, onde a ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação nasceu em 1986, levando o Zé a sair da prisão dourada do FMI para voltar à Europa. Quando, vai para vinte e cinco anos, apadrinhou o meu casamento em Bruxelas, Zé adquiriu uma autoridade espiritual sobre mim que não hesita em usar. E depois, passámos 25 meses de brasa no Terreiro do Paço, com o zénite de preparar e assinar o Tratado da União Europeia!

Também ocorre mencionar que a Luiza (paciente afilhada aqui presente) é sobrinha de Rui Patrício, cuja fotografia a condecorar António Braz em Pretória consta do catálogo (p. 89). Como aí se afirma, eternizou o orgulho da comenda outorgada pelo Presidente da República em 1968, “numa porta onde tem a sua forma em relevo, gravada num trabalho de carpintaria e marcenaria apreciáveis” (pp. 17-19).

O Zé apurou que a entrega pelo *Ministro dos Negócios Estrangeiros* teve lugar no Domingo 26 de Junho de 1971 (e não no dia de Camões) durante uma festa de 500 pessoas na Embaixada em Pretória. Rui recorda o entusiasmo e simpatia daquela comunidade tão diversa, e o seu especial apreço pelos beirões, cujo patriotismo precede a independência política! Teria gostado de estar aqui e pediu-me para vos saudar – tal como Luís Amado, outro MNE que visitou o homenageado em 1996, quando era Secretário de Estado da Administração Interna no governo de António Guterres. Além da família, José Luís da Silva, grande esteio da comunidade portuguesa em Joanesburgo e Luís Brites Pereira, que lá nasceu em 1969, ajudaram-me a construir o enredo.

Zé Luís validou extratos de notícias do *Século de Joanesburgo* citados na nota mais longa e enviou-me uma reportagem da Rádio Renascença nos 40 anos do 25 Abril, intitulada “Portugueses na África do Sul decisivos no auxílio aos refugiados” onde Mafalda Lacerda enaltecia o papel de António Braz. Luís, nomeado *Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação* em 2011, tinha sido bolseiro pós-doutoramento no IICT, envolvendo-se com o Zé numa publicação para a ELO³. Em 2008 fundou comigo o *Centro Globalização e Governação* na Nova e, para adaptar a Carta sobre a crise escrita pela Academia Britânica à Rainha [anexo 2], aproximámos da

³ [14], em particular a “Apresentação” (pp. 11-12) onde remeto para a criação do Observatório das Oportunidades de Negócio e de uma Instituição de Financiamento do Desenvolvimento, propostas que se não concretizaram em tempo útil, tendo a segunda sido retomada pelo CEIE (entidade criada em 2011 como mencionado adiante no texto). Agradeço o “profissionalismo e a dedicação” de José Braz, coordenador, Helena Cordeiro e Mariana Abrantes de Sousa, consultoras, Luís Brites Pereira e Sofia Lopes, editores, e Francisco Mantero “Presidente da Comissão Executiva da ELO que, em 2002, elaborou para o Centro de Sócio-Economia um relatório sobre parcerias público-privadas baseado numa experiência piloto da OCDE em Moçambique”. Esta nota foi acrescentada em 03/08 porque não consegui consultar o livro antes.

Academia das Ciências de Lisboa quer CG&G quer IICT. A tutela deste Laboratório de Estado passou para o MNE com o propósito de alargar a diplomacia à cooperação, à cultura, à ciência e à economia.

A tentativa foi protagonizada pelo anterior Primeiro-ministro, que criou o *Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia* a que presidiu ao longo da legislatura, juntando aos ministros relevantes a CIP e outras confederações patronais. Queria recuperar o papel que Portugal desempenhara na primeira vaga da globalização, tornando complementares as pertenças europeia e lusófona dos cidadãos [29].

Ao alavancar a “amizade mútua” dos membros da CPLP em “conhecimento mútuo”, sustenta-se a lusofonia global que vinha sendo pensada na ACL, no CG&G e no IICT⁴. Assim, quando este comemorou 125 anos, juntaram-se as três vagas da globalização: resumiu-se a exposição *Encompassing the Globe: Portugal and the World in the XVIth and XVIIth Centuries*, recordou-se a criação da Comissão de Cartografia em 1883 e debateu-se a crise financeira e sua interação com a petrolífera e a alimentar [anexos 1 e 3].

A estrofe “entre gente remota edificaram novo reino que tanto sublimaram” pode ler-se em espanhol mas em francês “Et, parmi ces peuples lointains, ils édifièrent ce nouveau royaume qu’eux seuls sublimèrent” tropeça e em inglês “in the regions of a distant race, rear’d a new throne so haught in Pride of Place” cai!

Nem se conseguiu aproximar o Camões Instituto de Cooperação e da Língua do IICT, que viria a ser integrado na Universidade de Lisboa, nem salvar a ELO que foi liquidada em 2016, depois de colaborar com o CEIE através da CIP. Porém, na terceira vaga de uma globalização mal governada, o espírito transcende a língua e a quintessencialmente britânica *Monocle* junta lusofonia a lusofilia em 2012 e 2017 [21, notas 6 e 13]. A Zona do Euro recupera relativamente aos Estados Unidos, os BRICS reconhecem a nossa diferencialidade e o Brasil preside à CPLP.

Portugal abre ao mundo, e o mundo gosta!

2. Mais seis vidas

Como se deduz da estrofe, a primeira vaga da globalização u chegar à imensa Ásia-Pacífico porque transformou o Atlântico noutro “mare nostrum” europeu. A segunda vaga motivou empresários como Carlos Mantero (1895-1980), ele que estudou e trabalhou nos Estados Unidos - mas preferiu voltar. Deputado por São Tomé e Príncipe na Assembleia Nacional, soube alavancar a diversidade lusófona no terreno herdado,

⁴ [15], em particular a “Nota Prévia” (pp. 11-18) e o “Prefácio” de Lauro Moreira, então Embaixador do Brasil junto da CPLP, que historia admiravelmente o contributo do seu país desde a invenção pelo “Seu Cabral” (pp. 19-33) e 24 intervenções de historiadores do IICT, muitos dos quais foram integrados na Faculdade de Letras da ULisboa em Julho de 2015. Podem ainda citar-se “China, Japão e lusofonia, ou a memória longa dos mercados financeiros” (pp. 179-80) que alude à constituição de uma comissão sino-japonesa de historiadores na primeira cimeira entre os dois países desde 2001 seguindo o exemplo do manual franco-alemão de história analisado por José Pedro Marques (pp. 167-69) e por mim próprio num artigo intitulado “Quem tem medo da história lusófona?”. Ver adiante nota 62.

tornando-se “homem de acção global”. Tão admiravelmente combinou saber e gestão tropical, que inspirou o neto favorito a envolver-se na ELO, no IICT e até na OCDE⁵.

Quanto aos políticos contemporaneos do homenageado, um é de economia, o outro de direito, um foi Ministro das Finanças de 1955 a 1965, o outro Prémio Nobel da Paz em 1993, ambos felinos de trato afável. Em 31 de Julho de 1917 nasce na Beira Litoral António Manuel, que morreu em 2006 e ao qual sucedi na ACL [4]. Revelo aqui um possível conflito de interesses mas nem por isso atavismo litoral, até por causa da avó transmontana.

António Braz foi inovador e viajante, Pinto Barbosa, sedentário, era conhecido como professor pai, por ter na Nova (e na ACL) filhos gémeos, António e Manuel, a quem lembrei a efeméride.

O outro, eleito sócio honorário da ACL, é Nelson Mandela (1918-2013), considerado “o maior ícone político da nossa geração” por Pedro Passos Coelho num artigo de opinião publicado no *City Press* no 3º aniversário da sua morte [25]. Tem motivado iniciativas de benemerência relevantes para a África do Sul, suscetíveis de nos envolver, espera-se que a tempo do centenário em 1918⁶.

O catálogo faz referência a deputados portugueses para os quais o nosso homenageado obteve audiências com De Klerk, Buthelezi e Mandela, aparecendo aquele na página 55 a receber António e Eduardo. Convidado em 2013 para as Conferências do Estoril, De Klerk pretendeu que o colapso dos impérios coloniais, consumado em 1975, tornou a África do Sul o único caso de “white rule”. Mais habilmente, salientou que a derrota dos Kausas e Zulus em 1879 e dos Boers em 1902 constituiu a maior operação militar britânica entre as guerras napoleónicas e a 1ª guerra mundial⁷. Pressionado por Margaret Thatcher e François Mitterrand (que o recebeu por intermédio de Jean-Yves Ollivier, francês de origem argelina), libertou *Invictus* em 11 de Fevereiro de 1990.

Mandela casa com Graça Machel em Julho de 1998⁸. Consuma assim a retirada gradual da política activa, para desespero dos que continuavam a acreditar que a “nação arco

⁵ Como lembro em [13]: “A mim, ajudara-me a decidir partir para os EUA estudar economia dois meses depois de me licenciar em direito em Lisboa. Em Yale descobri África antes de ter sido mobilizado para Angola em 1974: quando cheguei a Luanda, já lá tinha estado!” O que terá sentido António Braz ao desembarcar do Nyassa (Niassa é posterior) em Lourenço Marques?

⁶ [25]. Referi a carta no Conselho Nacional em 6/12/16 e dei nota de um evento promovido pela Fundação Mandela, que teve lugar em Setúbal” a 18/07/14, para resolver conflitos através do apoio de organizações comunitárias, sindicais e de juventude, com um protocolo de acção aprovado pelos participantes que me veio a ser facultado. Além das intervenções sentidas do saudoso Mariano Gago e da actual Ministra da Justiça, recordo o projeto surfart, que foi estreado no Jardim Botânico Tropical do IICT em 28/09/12.

⁷ A sua narrativa sobre o fim do apartheid começa pelo impacto da segunda globalização, a que chamou “imperialismo e expansionismo europeus”, na consciência nacional de todos povos que habitavam a África do Sul, até porque, sem terem sido consultados, dezenas de milhares de sul-africanos combateram na Europa durante a 2ª guerra. Diz ainda que a relutância dos *afrikaners* em partilhar com os sul-africanos negros a auto-determinação pela qual lutaram durante 150 anos resultou também do receio que tinham do comunismo internacional e das tentativas soviéticas de fomentar guerras no terceiro mundo. Assim a resposta à híper-globalização que se seguiu à queda do muro de Berlim juntou Rússia e África do Sul, dois futuros BRICS [2; 5; 6].

⁸ Graça Machel, eleita sócia “lusófona” (categoria introduzida por Ilídio do Amaral, ainda não estatutária) da ACL em 11/11/08, representou o marido na cerimónia de outorga do diploma do novo

iris” conseguiria crescer, evitando a armadilha do rendimento médio, diagnosticada por John Luiz, economista de ascendência portuguesa [32].

Jöelle Bourgois (1945-2015), Embaixadora de França durante a transição julgava Mandela indispensável para evitar o desânimo do povo. Leitora dedicada de Pessoa, cujo cunhado editara em francês, natural das montanhas na fronteira franco-suíça, veio a representar o seu país na OCDE no fim do século. Aí nos tornámos amigos. Enquanto supervisora do Centro de Desenvolvimento, de que fui o último presidente, favoreceu relações mais próximas com África e com a CPLP⁹.

Em *Cinco anos com Mandela* [7], Jöelle confirma o equilíbrio instável da negociação entre os três líderes partidários, bem como a ambiguidade das posições dos países desenvolvidos acerca da transição, mas intui que o chefe Buthelezi, primeiro ministro do KwaZulu-Natal, mantém inacessível o seu sobrinho, rei Goodwill Zwelithini V, mais para reforçar o seu peso eleitoral inferior a 10% do que para não sujeitar o monarca a eleições.

Ao visitá-los na companhia da sua filha Armance, começa por aceitar um pedido de desculpas pela morte do filho de Napoleão III, alistado no exército inglês, durante a batalha já evocada de Isandlwana. Goodwill prossegue que não quer a guerra e Jöelle conclui que poderia haver alianças de circunstância mas “pas d’amour perdu” entre os dois homens¹⁰. Consegue alargar o espaço de manobra dos outros dois, visto que Mandela queria De Klerk como seu vice-presidente, e até o manteve no palácio presidencial (p. 240).

O diário daqueles anos numa óptica diplomática e, porque não dizê-lo, feminina, complementa perfeitamente *O factor africano* [26] de José Freire Antunes (1954-2015), outro montanhês, que conheci numa conferência em Columbia a comemorar os dez anos do 25 de Abril. Na saga da ELO e do Ministério das Finanças, o outro Zé, então no gabinete do primeiro Ministro Aníbal Cavaco Silva, ia-nos alertando para o poder e a comunicação. Nada que António Braz não tivesse intuído há muito. Talvez por isso se entenderam bem.

sócio honorário, sendo padrinho Mário Júlio de Almeida Costa, Ministro da Justiça de 1967 a 1973. Curiosamente, pouco antes do casamento, um artigo no *New York Times* mostra o avesso do paralelo entre Estados Unidos e África do Sul referido na nota 2 acima, no que toca às relações raciais: “black Americans are seen as wanting black South African partners to pave their way into the market here, only to dump them later”. Acrescenta que um Americano branco faria o mesmo, mas “they don't come here claiming they are home” [31].

⁹ Em [9] apelou para “ambition and modesty, two complementary attributes which states and organizations, like human beings, are reluctant to exercise simultaneously.”

¹⁰ Ver p. 154-6. Tornou-se assim possível aproveitar a visita de Alain Juppé, MNE francês, para que o rei desistisse de exigir um estatuto semelhante à Swazilândia a troca do apoio francês e europeu (p. 200). Ainda assim, Buthelezi só aceitou candidatar-se às eleições a 19 de Abril sete dias antes do início da votação porque era primeiro-ministro pelo privilégio do sangue, não se podia sujeitar a uma eleição e tinha exigido condições que só então se verificaram, de modo que foi possível acrescentar o Inkatha nos boletins. Ficou em terceiro lugar com 10,5% dos votos (ganhando no Kwazulu-Natal), ao passo que o Partido Nacional de De Klerk obtinha 20,4% (ganhando no Cabo Ocidental) e a ANC 62,65% (ganhando nas sete províncias restantes) (pp. 209-11). Conclusão : “Les oracles du chef Buthelezi, ses foucades, la nation zouloue toute entière brandie avec son roi et ses sagaies, n’avaient conduit ni au conflit ni à la sécession. Le transfert au roi du droit de propriété d’espaces considérables...avait calmé le jeu. Mené en secret para F. W. De Klerk à la veille de la passation des pouvoirs, ce transfert avait exaspéré l’ANC qui jugeait cependant préférable de se taire. » (p. 217).

O factor africano começou a ser escrito em 1988, dizendo-se que, nessa altura, houve curiosidade na diplomacia portuguesa sobre o que fariam juntos dois economistas, um jornalista e um empresário - ao que este teria dito que se tratava do “grupo de combate” da ELO¹¹. Apetece ouvir Billy Joel cantar “Only the good die young”, como em 1977!

Completo as seis vidas com Morito Morishima (1896-1975), pacifista irónico que resistiu ao sabre nipónico, embaixador em Lisboa durante a 2ª guerra mundial que descobriu a diferencialidade portuguesa: no segundo volume das suas memórias – *Pearl Harbor Lisboa Tóquio* - contrasta o “pacifista” Salazar com o “oportunista” Franco. Deputado pelo partido socialista japonês, morre em Kamakura durante a descolonização, deixando um testemunho que ajuda a compreender a diversidade do silêncio e das saudades [30].

3. Perguntas do centenário

A propósito de silêncio, deixo perguntas sem resposta cem anos depois.

Em 28 de Julho de 1917 já teria chegado àquela família lutadora e aspiracional a notícia de Fátima quando, cinco anos depois do primogénito, lhes nascia outro filho?

Mesmo que tivesse chegado, os pais estariam inquietos não só com a mobilização para as campanhas sangrentas na França mas também com o assassinato na Estação do Rossio de Sidónio Pais, a quem Pessoa chamou Presidente-Rei.

Quem saberia que o corpo expedicionário dos Estados Unidos tinha comemorado o 4 de Julho no túmulo de La Fayette no cemitério parisiense de Picpus dizendo-lhe “cá estamos” [19]. Recordo ter sido esse o dia escolhida para inaugurar a exposição, como que “Tony nous voici”!

Recorde-se que a decisão de apoiar os aliados interrompeu o isolacionismo americano e teve eco especial na participação de Donald Trump ao lado de Emmanuel Macron em 14 de Julho de 2017. A circunstância desta proximidade franco-americana contrastar com o afastamento dos Estados Unidos relativamente à Sociedade das Nações então e ao G20 agora, ilustra a complementaridade das pertenças europeia e lusófona dos portugueses, tal como Angola e Moçambique partilham com a África do Sul a pertença à SADC.

O catálogo da exposição deixa imaginar influencias precoces sobre António na pessoa de dois vizinhos: o general (ou seria major?) e o padrinho, que seria fiador. Mas na

¹¹ O autor refere na introdução que o pedido para escrever o livro partira do “diretor do Centro de Socioeconomia do IICT e um dos fundadores da ELO” e acrescentando que “Jorge Borges de Macedo quis honrar-me com a leitura crítica do original e aceitou a solicitação da ELO para fazer o prefácio. Fico devedor da sua qualidade intelectual” (p. 7). Cita trabalhos de 1953 de Carlos Mantero (p. 40) e uma mesa redonda que moderou em Março de 1988, intitulada “ELO contra África fechada” (p. 82, nota 14). Desaparecida a ELO antes de chegar aos trinta anos, resta saber se esta vaga de globalização materializa a diversidade da lusofonia que, como há cem anos, passaria de força espiritual a fraqueza económica. Hoje a integração regional com estados vizinhos é condição da ajuda europeia, pelo que devem projetar-se as economias não só dos membros da CPLP e suas áreas regionais mas também das comunidades lusófonas, abundantes em países da OCDE e nos BRICS. Uma decorrência imediata da paz civil e nas fronteiras é poder considerar adquirida a cooperação militar e diplomática, o que certamente não estará assegurado entre os nove membros, mas não ao ponto de impedir a cooperação económica, monetária e científica, como ocorreu nas primeiras décadas da descolonização [24; 27; anexos 1 e 3].

turbulência de há cem anos, quem adivinharia que os meninos de sua mãe iriam partir para a África do Sul, tecendo malhas do quinto império?

Evoco ainda os 19 anos volvidos depois da morte na primavera de 1998, segundo extratos do *Século de Joanesburgo* que fundara em 1963 e a que chamaria ironicamente “o seu eterno bebé”¹². Que será feito do projecto aos 65 anos?

Repiso que, na terceira vaga da globalização, a lusofonia só pode ser global. Isso é bom se soubermos combinar a primeira, associada às viagens marítimas, com a segunda, em que predominaram viagens terrestres no interior da África austral¹³. Sem esquecer as crises de 1890 e de 2011, cabe-nos identificar paragens da lusofonia global.

Os sete magníficos dão-nos pistas para além das capitais dos Estados membros da CPLP: para todos nós aqui reunidos, hoje é Tondela!

Bem hajam tondelenses! Deixem-me repetir, à americana: “Tony nous voici!”.

Anexos

Estes três anexos fazem a ponte entre texto, notas e referencias, sendo que a erudição se encontra mais nestas do que nos anexos propriamente ditos. O primeiro intitula-se Diferencialidade na CPLP, e aborda sucessivamente:

¹² Catálogo, p. 71. A expressão citada confirma a devoção do diretor em preservar a memória do fundador, como transparece nos três excertos seguintes (repetições em itálico): “Em homenagem póstuma, o director de “O Século de Joanesburgo”, Varela Afonso, fazendo-se acompanhar do *delegado deste semanário na capital sul-africana, Vicente Dias*, deslocou-se ao *cemitério de Zandfontein, da cidade de Pretória*, para, na passagem do décimo segundo aniversário da morte do *Comendador António Braz*, colocar um arranjo de flores na *campanha do fundador do jornal*, onde se detiveram durante alguns momentos de meditação lembrando com saudade o amigo e grande benemérito que foi destacado membro desta comunidade” (31/05/10). A notícia é atualizada a 25/05/15 (“Fez na terça-feira, dia 19 de Maio, 17 anos que faleceu o Comendador António Braz e 5 anos que faleceu o Comendador Horácio Roque, antigos accionistas e Presidentes do Conselho de Administração do Grupo Século. Em memória de ambos, Paula Caetano, viúva do Comendador Roque e actual Presidente do Grupo Século, os Administradores Rogério Varela Afonso e Jorge Peixinho, o *Delegado do Século de Joanesburgo em Pretória, Vicente Dias*, e o *Pároco da Igreja de Santa Maria dos Portugueses, Frei Gilberto Teixeira*, deslocaram-se à *campanha do Comendador Braz no Cemitério de Zandfontein, em Pretória*, onde se realizou uma *oração em homenagem póstuma* e foi colocado um ramo de flores. Foi tempo de recordar com saudade os dois amigos e grandes beneméritos que viveram nesta Comunidade, encontrando-se o *Comendador Horácio Roque sepultado no cemitério da sua terra natal, Oleiros, no Distrito de Castelo Branco*”) e 31/05/16 (“Lembrando sempre com muita saudade as memórias dos comendadores António Braz, falecido há 18 anos, e Horácio Roque, há 6 anos, e em vida accionistas e presidentes do Grupo Século, a viúva do comendador Horácio Roque, actual presidente do Grupo Século, comendadora Paula Caetano, e o *director do Século de Joanesburgo, Rogério Varela Afonso*, deslocaram-se na penúltima quinta-feira, 19 de Maio, ao *cemitério de Zandfontein, em Pretória*, onde juntamente com o *delegado do jornal na capital sul-africana, Vicente Dias* - com *oração em homenagem póstuma* ali proferida pelo *pároco da Igreja de Santa Maria dos Portugueses, Frei Gilberto Teixeira* - colocaram um *arranjo de flores na campanha do comendador António Braz*, cerimónia onde ao mesmo tempo foi recordado com saudade o *comendador Horácio Roque, sepultado no cemitério de Oleiros, sua terra natal no distrito de Castelo Branco*”). Se calhar escaparam mais ao motor de busca...

¹³ [27]. Na comemoração do centenário da Conferência de Berlim em 1985, Borges de Macedo (1921-96) afirmou: “Angola compensava largamente os portugueses quando as dificuldades internacionais se acumularam no Congo”. Porque as consequências da abertura da economia e da sociedade à Europa e ao Atlântico para as pessoas e as empresas revelaram diferencialidade, refiro em [6] Berlim como a primeira paragem da lusofonia global.

- a declaração da Cimeira de Bissau sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que acrescenta o “conhecimento mútuo” à “amizade mútua” entre os Estados-membros;
- a declaração de Lisboa sobre ciência e tecnologia para o desenvolvimento global, que concretizou tal conhecimento mútuo em áreas científicas chave;
- a lusofonia económica que, em Portugal, tem sido analisada pelo CEIE, no qual têm assento os membros do governo e as confederações empresariais relevantes para o que se passou a denominar diplomacia económica¹⁴.

O anexo 2, intitulado *Academias escrevem a Rainhas sobre Crises*, resume uma apresentação em Maio passado na Reitoria da ULisboa, elencando os doze pontos das duas cartas à Rainha de Inglaterra e mais três referentes a uma Rainha Lusófona imaginária que possa encarnar o reino sublimado da estrofe camoneana¹⁵. O anexo 3 aborda especificamente o papel do IICT no estudo da lusofonia global¹⁶.

1. Diferencialidade na CPLP

1. 1. Conhecimento mútuo

De acordo com os respetivos estatutos, a CPLP “é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”: a declaração assinada pelos Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, a 17/07/96, inclui, entre muitos outros objetivos, a “cooperação económica e empresarial” bem como “no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica”. Timor Leste tornou-se membro em 2001 e Guiné-Equatorial em 2014, depois de uns anos como observador, categoria onde se encontram Maurícias, Senegal, Geórgia, Namíbia, Turquia e Japão.

A diferencialidade da CPLP implica uma abordagem específica para avaliar o “valor económico da língua portuguesa”, a qual exige que se combine história e geografia, economia e política, nacional e internacional, com atenção a áreas da política externa portuguesa, como a científica e a económica, onde o efeito da pertença lusófona costuma ser ignorado em detrimento da pertença europeia.

A política externa portuguesa relativa à CPLP deve ir além do facto de existirem mais oito países membros, seis observadores e outras comunidades espalhadas pelo mundo onde se conhece a cultura portuguesa: tal como a língua comum se fala com sotaques próprios e se escreve com ortografias diversas, a diversidade lusófona não deve impedir as empresas de competir nas plataformas regionais dos países da CPLP. Embora se continuem a contrastar motivações religiosas, políticas, científicas e

¹⁴ Resumo de [6], pp. 12-19, comunicação à ACL intitulada “Sobre a lusofonia global”.

¹⁵ Adaptado de [2], pp. 2-4. Ver nota 11 acima e referência a Alfredo de Sousa no discurso de posse em [27].

¹⁶ Resumo de [2], pp. 4-6.

comerciais para a participação empenhada de Portugal em ambas as vagas da globalização, o espírito da lusofonia global procura o bem comum lusófono gerindo a diversidade das situações.

A Declaração sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio na CPLP, aprovada na Cimeira de Bissau em 1996, visava promover áreas científicas chave para o desenvolvimento sustentável. Trata-se de um bom exemplo de diferencialidade porquanto as declarações sobre os ODM não costumam realçar a dimensão do “conhecimento mútuo” como um aspeto indispensável da parceria global para o desenvolvimento entre os países membros [8]. Ou seja, vontade política e recursos financeiros são necessários mas não suficientes para atingir os ODM. Sem conhecimento, e não é qualquer conhecimento, tem de ser mútuo, os resultados no terreno não permitem cumprir tais objetivos nem potenciar o valor de todos países da CPLP.

Para além do princípio geral da partilha entre os membros, o conhecimento mútuo não pode existir sem colaboração entre cientistas e empresas. Ora mau grado esse objetivo, que já consta da declaração de Lisboa e do horizonte 2020, esta é uma deficiência que a Comissão Europeia encontra em muitos Estados membros.

Mutualizar o conhecimento passa por uma análise multidimensional de diversos planos e indicadores. De facto, o enquadramento interdisciplinar deve conseguir juntar os vários aspetos específicos da realidade que resultam da reflexão de cada disciplina bem como a forma de os potenciar em países em vias de desenvolvimento. Assim se transforma o conceito de competitividade num conceito político, a diferencialidade, que define a forma como uma Nação-Estado é igual, sendo diferente, ou melhor, sendo comparável [10; 18; 23].

Desconstruindo o conceito no caso de Portugal, vem uma combinação de liberdades e de pertenças que tanto pode ser virtuosa como viciosa, sendo que tanto estas como aquelas devem ser complementares. Assim, a liberdade política e a liberdade financeira não devem ser vistas como conflitantes mas uma ignora frequentemente a outra.

Se analisarmos a nossa história desde 1820, verificam-se tantos períodos em que a liberdade política e a liberdade financeira se não compatibilizam como períodos em que se reforçaram mutuamente. Uma fonte de conflito que prevaleceu entre 1890 e 1992 foi a inconvertibilidade da moeda, que ressurgiu enquanto incapacidade de encontrar financiamento de mercado durante a crise da zona do euro e o subsequente pedido de ajuda externa. Acrescem à liberdade política e financeira das pessoas as suas pertenças e conceções do mundo. Neste ponto, para além da identidade local, tradicional do nosso país, existem, de facto, a europeia e a atlântica, ou lusófona [18].

O valor de Portugal no mundo deve avaliar-se antes de mais na perspetiva do mercado nacional relativamente ao mercado global, e depois pela introdução da dimensão política, a nível da Nação. A esse respeito, existe perigo de conflitos dentro dos próprios governos, às vezes mais graves do que entre o governo e a oposição, verificando-se tentativas de destruição mútua entre órgãos de soberania, cujas

consequências, mesmo não atingindo sobremaneira os titulares, afetam o sistema político.

Assim, a separação de poderes, posto que desejável, pode levar a ineficiências que também deterioram o sistema político: durante o período de emergência financeira, verificou-se um ativismo do Tribunal Constitucional sem paralelo na zona do euro, o qual dificultou entendimentos de médio prazo entre as principais forças políticas. A nível externo, o caminho da diferencialidade passa pela cooperação com países dependentes da ajuda externa, de maneira que reflita a pertença lusófona dos portugueses. Assim, ter-se-á de introduzir as dimensões da cooperação e da competitividade, medida esta nos termos habituais - através das taxas de câmbio reais efetivas e outras medidas que permitam ver como a produção no mercado nacional se compara aos outros concorrentes no mercado global.

1. 2. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento global

A Declaração de Lisboa sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Global foi aprovada em 18/09/08 numa conferência realizada no Centro Científico e Cultural de Macau sob a coordenação de Jean-Pierre Contzen, conselheiro do Ministro da Ciência e Tecnologia português a partir de 1996 e saudoso confrade da ACL e da Academia Real da Bélgica [22]. Entre os signatários estava o próprio MCT e o Secretariado Executivo da CPLP no quadro do seu protocolo de colaboração com o IICT, assinado em Março de 2004.

Além do consenso dos participantes, a declaração refletia a abordagem interdisciplinar à globalização e governação aplicada nos anexos 2 e 3. Esta abordagem era consistente com o programa de trabalho do Centro de Desenvolvimento da OCDE em 2001/02, e de uma comunicação que, enquanto presidente do DEV, então apresentei na Academia Pontifícia das Ciências Sociais. A evidência de que a globalização melhorava a governação ajudou-me ver o desenvolvimento como esperança, chama que de resto a Encíclica *Centesimus Annus* tinha acendido [16]. Foi nessa base que defendi, já depois da crise, que “a globalização liberta a lusofonia” [1].

Em matéria estatística, saliento os Relatórios sobre *Perspetivas Económicas Africanas* que DEV começou a publicar com o Banco Africano de Desenvolvimento no início do século, bem como os *Encontros de Lisboa* promovidos pelo Banco de Portugal desde 1991, que reúnem os governadores dos bancos centrais africanos da CPLP, juntando-se depois Timor-Leste, Brasil e Macau [24].

Acresce que na cooperação em ciência e tecnologia é mais fácil dinamizar esquemas Norte-Sul-Sul, como se tentou com a Declaração de Lisboa, que salienta a importância de indicadores comuns que permitam avaliar o progresso da educação e da pesquisa da inovação, insistindo que este esforço em torno do conhecimento para o desenvolvimento global deve alargar-se a mais entidades. Assim a Declaração foi assumida em Dezembro em Maputo pelo MCT de Moçambique.

Neste contexto, a crise financeira global não impede que se usem a ciência e a tecnologia como alavancas, porque a base do conhecimento e as infraestruturas tecnológicas não se alteram. Dever-se-á, portanto, estimular a inovação local que permita utilizar a capacidade já instalada. E essa inovação terá que ser determinada pela procura societal e local, já que o comércio mundial caiu fortemente. Tal inovação

depende mais do facto de se poder aproveitar o conhecimento já existente para inovar do que apenas de investigação e desenvolvimento.

O conhecimento mútuo aplica-se não só ao desenvolvimento, mas também à cultura, nos termos da “iniciativa portuguesa” aprovada na reunião dos MCT da CPLP do Rio de Janeiro em 2003 relativa às colecções históricas e científicas do IICT. A reflexão internacional sobre a sustentabilidade dos ODM depois de 2015 aproveitou a parceria global para o desenvolvimento, único dos ODM que conta com a iniciativa privada e com a cooperação científica e cultural.

É que a cultura pode alargar o âmbito da interdependência económica para além da comunidade de segurança do Atlântico norte. Assim, as plataformas CPLP vão além da “amizade mútua” citada nos estatutos: sustentam o ciclo virtuoso entre globalização, democracia e desenvolvimento estimado numa comunicação à Academia Real da Bélgica em 11/01/14, mostrando a relevância de grupos de países próximos, não só pela geografia e história mas também pelas políticas, como a OCDE [16; 17].

As perceções culturais têm implicações para a pressão dos pares, sem a qual não há vigilância multilateral que funcione. Importa pois estar atento ao perigo do conhecimento pretensamente aplicável a todas as geografias e culturas, até porque a sensibilidade pessoal aos seus efeitos nem sempre consegue corrigir excessos disciplinares.

1.3. ELO e lusofonia económica

Estar aberto à globalização é pois o critério para fomentar as zonas de integração económica de Portugal e dos outros oito países da CPLP. Além da União Europeia, estas plataformas da CPLP incluem: Comunidade de Desenvolvimento da África austral para Angola e Moçambique, Comunidade Económica dos Estados da África central para Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, Comunidade Económica dos Estados da África ocidental para Cabo Verde e Guiné-Bissau, Mercado Comum do Sul para o Brasil, Associação das Nações do Sudeste asiático - à qual Timor leste está para aderir - e Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau). Explorando a complementaridade entre estas plataformas, potencia-se a interação positiva entre globalização e governação na CPLP.

As condições de sucesso das plataformas CPLP confirmam que países muito diferentes podem usar a amizade e o conhecimento mútuo, enquanto valor político genuíno, porque o termo global se refere ao facto de nove países tão diferentes terem qualquer coisa a acrescentar em conjunto.

Igualmente, encarar a CPLP como um fórum multilateral capaz de gerir a sua própria diversidade permite lançar alertas quando as relações bilaterais prevalecem sobre uma estratégia comum. A relevância de Portugal como um ponto geográfico estratégico decorre de ser portador de um papel inigualável na projecção da lusofonia. Compreende-se, assim, como é essencial potenciar a História, a Geografia e os dados recolhidos e apresentados para cultivar uma maior atenção das elites empresariais, universitárias e políticas à lusofonia global.

Relaciona-se também a mutualidade do conhecimento com a consciência das empresas portuguesas de que os fenómenos de cooperação, de internacionalização e

de desenvolvimento internacional se devem fazer com base em tecnologia e são imprescindíveis para a construir conhecimento mútuo e desenvolver inovação.

De novo, a primeira vaga da globalização resultou de um desígnio português. Nesse sentido, recuperar a diferencialidade assenta na combinação virtuosa das pertenças europeia e lusófona e das liberdades política e financeira. Como já foi referido, a diferencialidade inclui, para além das políticas intergovernamentais, processos de colaboração entre órgãos de soberania que tenham em conta a volatilidade dos mercados, mesmo quando ela se não manifesta, como tem sido a regra depois do fim do programa de ajustamento em meados de 2014.

Está muito facilitada a comunicação entre pessoas e empresas a nível global e esse facto ilustra a aceleração da interdependência, ou da sensibilidade, das economias nacionais entre si. A interação entre globalização e governação em Portugal deve assentar na gestão da diversidade relativamente a outros Estados de modo a que relações bilaterais e multilaterais estejam alinhadas com a globalização.

Seguindo o caminho da diferencialidade política e da cooperação em termos de mercado no plano global e a competitividade em termos de mercado interno aliada a uma cooperação política nacional, Portugal melhorará o seu desempenho internacional se as empresas portuguesas competirem nos mercados extra-europeus, nomeadamente lusófonos.

Para tal, o CEIE acordou numa série de medidas estruturais e, em Janeiro de 2014, a pedido do seu presidente, as empresas representadas no Conselho Geral da ELO, então presidido pela Galp, assumiram o compromisso do declinar as medidas necessárias por sectores.

Começaram pela energia, concentrando esforços e valências em termos de conhecimento e talento a ser aportado pelas empresas e pelo seu capital humano, de maneira a afirmar Portugal como centro de competências e de excelência no setor. Cada um dos outros países da CPLP foi assim apreciado através dos eixos de ação seguintes:

1. Acesso aos mercados (obtenção de vistos, importação de capitais, repatriação de capitais e dividendos, financiamento, regulamentação da concorrência, risco de crédito, risco de câmbio);
2. Instrumentos de atenuação do risco de internacionalização (seguros de risco de crédito e apoio à facilitação de garantias de investimento);
3. Capacitação e formação (divulgação sobre os mercados e estratégia das regiões económicas)
4. Segurança jurídica (leis sobre a propriedade, leis sobre investimento, repatriamento de capitais e arbitragem internacional);
5. Tributação e segurança social (onerosidade acrescida em contexto internacional)
6. Acordos comerciais (facilitação do comércio);
7. Proteção recíproca de investimento (segurança);
8. Burocracia (redução dos custos de contexto).

Quanto às instituições financeiras e seus clientes empresaria, foram analisadas as seguintes dimensões:

1. Circulação de pessoas e capitais, nomeadamente quanto à obtenção de vistos ou repatriamento de dividendos;
2. Leis sobre a propriedade e segurança jurídica, nomeadamente quanto a regimes de propriedade ou o funcionamento do sistema judicial;
3. Literacia económica e formação, nomeadamente quanto à capacitação de agentes económicos e recursos humanos;
4. Tributação, nomeadamente quanto a acordos de dupla tributação ou o regime aduaneiro;
5. Acordos comerciais, proteção recíproca de investimentos e investimento direto, nomeadamente quanto aos Regimes de proteção de recíproca de investimentos ou aos Regimes de investimento privado;
6. Outros constrangimentos, nomeadamente quanto à constituição de empresas, acesso a financiamento, temas logísticos, etc.

Grupos de trabalho sobre comunicações e infraestruturas, agricultura e mar; turismo, serviços, saúde e educação também funcionaram quando a CIP sucedeu à Galp na presidência, mas o projecto deixou de ser acompanhado em finais de 2015 e a ELO foi liquidada um ano depois, passando as suas competências a ser exercidas pela CIP.

2. Academias escrevem a Rainhas sobre Crises

Graças à integração europeia e ao fim da guerra fria respetivamente, a globalização aprofundou-se e alargou-se nos anos 1990 para além do seu berço original no Atlântico Norte. Ainda assim, foi aí que entrou em crise em 2008, devendo abordar-se as consequências desta “crise de olhos azuis”. Daí a exigência não só de uma abordagem interdisciplinar mas também de um âmbito que reflita as perceções dos outros países da CPLP e das suas zonas de integração regional.

O projeto dito da *Letter to Queen Lusophonia* que desde 2009 envolve sócios das duas classes da ACL, é reflexo dessa exigência, tendo dado lugar a um volume coletivo. A 2ª edição foi dedicada à memória do decano da seção de economia e finanças, cujo interesse na “crise de olhos azuis” sugeriu outro mote camoniano: “sete anos de pastor Jacó servia” [33]. Conforme [6] descreve em detalhe na seção intitulada “Três Cartas a Duas Rainhas, em quinze pontos, sobre dez anos de crises”, a carta da Academia Britânica à Rainha de Inglaterra, tentando responder à pergunta: “se era tudo tão grande, como é que ninguém reparou?” denunciou a “crença dos políticos de que os banqueiros eram engenheiros”, mas o Presidente do Brasil questionou a relevância dessa crise de olhos azuis.

Com os escândalos na indústria automóvel, percebe-se que a minuta da Carta à Rainha Lusófona lute contra “silos” no saber e no fazer, sem temer a diversidade, nem a fonte de inspiração lusófona. No mesmo registo, escrevi um curto texto evocativo do centenário de Fátima que sublima a diversidade lusófona no espaço e no tempo apelando ao bem comum global [11]. Noutra língua mas um espírito afim, uma antropóloga britânica tornada jornalista financeira mostrou que assim se reorganizou uma clínica americana em função do paciente e não do médico [6].

Relativamente à CPLP, onde os níveis díspares de diferencialidade saltam à vista entre um membro fundador da OCDE, o gigante brasileiro, quatro micro-Estados na África ocidental e central, dois países da África austral e Timor leste - sugerindo que a métrica não pode ser nem a população nem o PIB, nem sequer o rácio deste com aquela.

Também existe uma divergência na CPLP derivada da sua dispersão geográfica, sendo que a distância média entre capitais ou cidades principais é de 7200 km, quando na União Europeia anda pelos 1400 km. Estrategicamente, se perspetivarmos apenas os cinco estados atlânticos da CPLP, esta seria filha daquele oceano, pois passamos a ter uma distância reduzida a metade, havendo inegavelmente, quer histórica quer geograficamente, um elevado potencial. No entanto, a lusofonia deve olhar para o mundo porque “a globalização liberta a lusofonia” [1, 21].

Pelo contrário, a CPLP continuará a ser ignorada enquanto não se compreender que a cultura não é inimiga da economia pelo que a riqueza CPLP está precisamente na sua diversidade dos seus membros e observadores. E, para a gestão dessa diversidade, não basta a aplicação dos recursos financeiros, pelo que se torna imprescindível a existência de confiança e conhecimento mútuo. O multilateralismo baseado na cultura não é um entrave porque os empresários necessitam de conhecimento científico e este só se torna concreto quando mediado na cultura, que facilita a sua mutualização.

Crucialmente, a relevância da CPLP é aferida para além da língua comum. Ou seja, pode resultar tanto de lá terem lugar as ações com relevância para outros países como de ações noutros países terem relevância para a Comunidade.

É cómodo designar esse âmbito como lusofonia global, mas também reflete a importância que teve o português na primeira vaga da globalização, ao contrário da segunda e terceira, veiculadas em inglês.

3. IICT e lusofonia global

Ter sido nomeado presidente do IICT em 1 de Dezembro de 2003, por ocasião da reunião dos MCT da CPLP no Rio de Janeiro, na qual foi decidido alargar o acesso às Coleções Históricas & Científicas na custódia do IICT, u-me combinar *Science, Business and Culture for Development*. Neste contexto, a crise financeira global não alterou a base do conhecimento e as infraestruturas tecnológicas, pelo que se devem continuar a usar a ciência e a tecnologia como alavancas, estimulando a inovação local que permita utilizar a capacidade já instalada através de parcerias público-privadas para o desenvolvimento.

As condições de sucesso das plataformas CPLP confirmam que países muito diferentes podem usar a amizade e o conhecimento mútuo, enquanto valor político genuíno, porque o termo global se refere ao facto de nove países tão diferentes terem qualquer coisa a acrescentar em conjunto.

A lusofonia global adquiriu maior visibilidade, não só por causa da crise da zona do euro e a resposta das empresas portuguesas ao desafio da exportação durante o período de ajustamento que se seguiu ao pedido de resgate - mas também por opção governamental. Na sequência do relatório do grupo de trabalho *Internacionalização e Desenvolvimento* entregue ao Primeiro-ministro no Verão de 2011 [28].

Como já se apontou, a criação do CEIE u ultrapassar constrangimentos identificados na atividade das empresas portuguesas nos outros países da CPLP e suas zonas de integração regional através da facilitação de investimentos e comércio, de acordos internacionais, da formação e capacitação e da circulação de pessoas, incluindo esquemas de implementação e monitorização das medidas e sua potencial abertura às respetivas zonas de integração regional.

Nesse sentido, os indicadores diferem dos relevantes para a francofonia, por exemplo, que se inscrevia em competição com o inglês, ao passo que, em termos de conhecimento mútuo, o português seria complementar. Atente-se que a dimensão cultural sempre mereceu mais destaque na CPLP do que noutras formações de base linguística, como a *Francophonie* e a *Commonwealth*, até pela dificuldade em sublimar a diversidade destes países, muito marcada pela incomparável rivalidade colonial entre as duas grandes potências europeias.

O saber tropical, verdadeira linha de força da história diplomática portuguesa, tem sido mais prosseguido por instituições autónomas, civis e militares, do que pela universidade. Assim a Comissão de Cartografia passaria por diversos nomes até adquirir em 2004 uma missão no quadro da CPLP, sustentada depois da avaliação internacional de 2006. Também se alargou e aprofundou a ligação à ELO, fundadora do Conselho de Orientação do IICT em 2005, passando em 2012 para a respetiva Unidade de Acompanhamento. Depois de presidir à ELO em 2014, a CIP absorveu as suas competências em 2017, sendo cedo para avaliar os efeitos dessa fusão.

Do mesmo modo, a vocação lusófona do IICT, que foi ao ponto de ter saído da tutela do Ministério da Educação e Ciência em 2011, no sentido de promover a diplomacia científica e a aproximação à universidade, no inverno de 2012 quando era SENECA Luís Brites Pereira, tendo-se consumado no verão de 2015 a fusão na Universidade de Lisboa, que, ao contrário da Nova, manteve o interesse inicial, talvez por haver os precedentes do Instituto de Tecnologia Nuclear e da própria Universidade Técnica.

A garantia da marca IICT consta dos estatutos da nova ULisboa e permite preservar uma relevância junto da SENECA que não foi possível observar sequer no que toca ao palácio Burnay. Oxalá que, para além dos prédios, das coleções e das pessoas, o saber tropical mantenha a sua característica de linha de força da história diplomática portuguesa que tornou credível a aproximação do IICT à universidade, que Jean-Pierre Contzen sempre defendeu.

Referências do autor (exceto menção em contrário), por ordem alfabética do título

1. A globalização liberta a lusofonia”, comentário sobre *Strategy for Portuguese-speaking market* por João Araújo e José Tinoco de Figueiredo, Universidade Católica Editora, 26 Setembro 2014
2. Afirmar o Diálogo Global num Fórum Político, ou Estoril ao Quadrado”, comunicação ao Estoril Political Forum 2016, disponível na edição digital de *Nova Cidadania* nº 59 Verão;
3. *American dilemma: the Negro problem and modern democracy*, por Gunnar Myrdal, Harper & Row, 1944.
4. Antonio Manuel Pinto Barbosa, Economista e Governante”, com Pedro Soares Martínez e Manuel Jacinto Nunes, *Nova Economics Working Paper* nº 577 ver.2, Dezembro 2013
5. As Grandes Mudanças a Sul e a Leste ou Três Ds da África do Sul à União Soviética”, *Revista ELO*, nº1 Setembro/Outubro 1990
6. Carta à Rainha Lusófona: Esboço e Interpretação, *Nova SBE Working Paper* nº 611, 26 Junho 2017
7. *Cinq ans avec Mandela* por Jöelle Bourgois, Paris: Rober Laffont, 2011
8. Conhecimento mútuo e lusofonia global”, *Capital*, Maputo, Outubro 2014
9. *Development is Back*, co-organizador, Paris: OECD Development Centre, 2003.

10. Diferencialidade Portuguesa na Globalização” (com Luís Brites Pereira), *Negócios Estrangeiros*, nº 11.2, 2007, pp. 223-236
11. Diversidade da Lusofonia, no Espaço e no Tempo, in *Homenagem ao Papa Francisco por ocasião da sua vinda a Fátima*, organizada por Fernando Paulo Baptista, Lisboa: Edições Piaget, 2017, pp. 487-8
12. Elogios e Memórias de economistas – e não só parte 1 depois da crise, *Nova SBE Working Paper* nº 612, 3 Julho 2017 (Jean Pierre Contzen)
13. Elogios e Memórias de economistas – e não só parte 2 antes da crise, *Nova SBE Working Paper* nº 613, 3 Julho 2017 (Morito Morishima e Carlos Mantero)
14. *Empresas portuguesas e mercados lusófonos, Relatório sobre acesso a fontes de financiamento multilaterais*, IICT e ELO, 2005, 2ª edição patrocinada pelo Banco Espírito Santo.
15. *Futuro e História da Lusofonia Global*, IICT, 2008, organizado por Miguel Jasmins Rodrigues
16. Globalisation and Institutional Change: a development perspective”, in *Globalisation, Ethical and Institutional Concerns*, organizado por Edmond Malinvaud e Louis Sabourin, Vaticano: Academia Pontifícia das Ciências Sociais, 2001. pp. 223-268.
17. Globalisation et Gouvernance tous azimuts”, *Actes du colloque “La démocratie, enrayée?”*, Académie Royale de Belgique, 2013, pp. 75-96
18. Globalização e Governança: uma perspetiva portuguesa”, *D’aquém, d’além e d’ultramar Homenagem a António Dias Farinha*, organizado por Francisco Contente Domingues, José da Silva Horta e Paulo David Vicente, volume II, capítulo V, pp. 1771-1804, 2015
19. <http://www.cheminsdememoire.gouv.fr/fr/la-fayette-nous-voici>
20. <http://www.estorilconferences.org/en/archive/2013/speakers/frederik-de-klerk-ec-2013>
21. International Governance: Center, Program and Project, Closing Remarks at Workshop on Globalization and Development, Nova School of Business and Economics, 9 Junho 2017 (reproduzido abaixo)
22. Jean-Pierre Contzen (1935-2015) Sábio global, militante europeu, combatente belga, nosso confrade”, in [12].
23. *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar*, Lisboa: Instituto Diplomático 2005;
24. Lisbon meetings and global lusophonia rising”, *25 years of Cooperation among Central Banks*, Banco de Portugal, 2015 pp. 82-84.
25. “Madibas’s legacy: A note from Portugal” por Pedro Passos Coelho, tradução portuguesa publicada no *Povo Livre* nº 1949 de 21 de Dezembro, p. 15 com “Política externa portuguesa, africana e social: Madiba e TropiKMan Ph. D.”.
26. *O Factor Africano. 1890 –1990*, por José Freire Antunes, Venda Nova, Bertrand Editora, 1990, Prefácio de Jorge Borges de Macedo, pp. 9-22.
27. Prefácio”, *131 anos em imagem*, IICT, 31 Julho 2015
28. Presidência do Conselho de Ministros, *Relatório do Grupo de Trabalho sobre Internacionalização e Desenvolvimento*, IICT 2011 Setembro
29. Reform complementarity and policy coordination in Europe: a view from Portugal”, *Policy Paper* nº 312, Center for International Governance Innovation, Junho 2017.
30. Sabre, silêncio e saudades, in Morishima Morito, *Pearl Harbor Lisboa Tóquio*, tradução portuguesa, Lisboa: Ad Litteram, pp. 9-17 reproduzido em [13].

31. “Some Black Americans Find Only a Chill in South Africa” por Suzanne Daley, *New York Times* de 7 de Abril de 1998
32. “The Political Economy of Middle-Income Traps: Is South Africa in a Long-Run Growth Trap? The Path to ‘Bounded Populism’” por John M. Luiz *South African Journal of Economics* Março 2016, pp. 3–19.
33. *Writing to Queens while Crises Proceed In memory of Manuel Jacinto Nunes*, IICT e CG&G, 2ª edição, Abril 2015.

Fotografias da capa

1. Nelson Mandela, capa de [7] © Robert Laffont
2. Jöelle Bourgois, capa de [7] © Robert Laffont
3. António M. Pinto Barbosa, processo pessoal Academia das Ciências de Lisboa
4. António Braz, capa do catálogo da exposição © Fundação António Braz
5. Carlos Mantero, processo pessoal Assembleia Nacional
6. Morito Morishima, capa de [30] © Ad Litteram
7. José Freire Antunes, espólio Arquivo Histórico Diplomático

Jill R. Dias (1944-2008) In Memoriam

4 de Maio de 2008

Iniciámos a nossa colaboração com o IICT em meados dos anos oitenta no quadro do mesmo protocolo com a UNL. Tínhamos amigos comuns que nos aproximaram e às nossas famílias. Com Franz Heimer, Jochen Oppenheimer e Armando Trigo de Abreu, organizámos um seminário sobre África que decorreu nas instalações do Museu de Etnologia, antes de transitar para outra tutela. Colaborámos em trazer o arquivo Francisco Mantero para o IICT e em torná-lo acessível à comunidade científica. Partilhámos assim uma dedicação interdisciplinar que aplicámos nos nossos centros respectivos até à sua extinção. Mas nunca falámos em “pensar a lusofonia em inglês”, tema que escolhi para homenagear a sua memória.

Mas esta foi a minha escolha, regressado da capital americana no dia 29 de Abril, quando a comunidade científica nacional e internacional era chocada pela notícia da morte súbita de Jill. Tendo assistido em 26 de Abril a um simpósio da iniciativa do Departamento de Espanhol e Português da Universidade de Georgetown, dedicado “às culturas dos países de língua portuguesa”, usei o subtítulo do evento numa contribuição ao *blogue* “história lusófona” do IICT, submetida ao mesmo tempo que um texto de Onésimo Almeida, da Universidade de Brown, apresentado na sessão inaugural do mesmo simpósio¹⁷

Pareceu-me que, para além do voto de pesar institucional do próprio dia e do apoio à família desde então oferecido, devia adaptar aquele subtítulo em memória de quem pensou o que chamo “lusofonia global” sem usar o termo – e portanto sem o traduzir. Respeitadora da diversidade e pouco inclinada para nomenclaturas, nem por isso Jill deixava de se preocupar em encontrar termos reconhecíveis nas línguas que

¹⁷ Respectivamente “Rethinking *lusofonia* in the XXI century” (ou o ovo de Georgetown) e *A propósito de lusofonia (à falta de outro termo): o que a língua não é.*

dominava. A intensa troca de impressões acerca do nome do programa que dirigiu depois da referida extinção dos centros do IICT leva-me a crer que não deixaria de opinar sobre a solução aqui aventada¹⁸. Como traduzo o termo para inglês pelo menos desde um trabalho apresentado em Novembro de 1995 na FLAD, vai nesta solução o reconhecimento da sageza da Jill, que soube como ninguém combinar pertenças nacionais e institucionais¹⁹

O termo “lusofonia” é para muitos sinónimo de “referente a países da CPLP”. Acrescentaria a referência a comunidades de expressão portuguesa ainda que não constituídas em nação-Estado, para evitar uma descrição puramente intergovernamental. Se estivéssemos a elaborar uma enciclopédia, seria decerto desejável distinguir países de comunidades em vez de juntar ambos na expressão de “povos lusófonos”. Não se devem equipar países onde pouco se fala português a comunidades locais onde o português, posto que falado, não dá origem a uma pertença relevante.

A “lusofonia” abarca pois diversidade social de expressão portuguesa, ou com referências à língua, a que se podem chamar raízes lusófonas. Assim, a comunicação final, da autoria do Secretário Executivo da CPLP, enumera todas as desconfianças de intelectuais lusófonos para, socorrendo-se de uma citação do escritor moçambicano Mia Couto, concluir pela utilidade do conceito. Foi concordante a perspectiva académica de Onésimo Almeida, já citada. Graças à iniciativa de Georgetown e à minha memória da Jill, resolvi assim um problema fonético de língua inglesa e caminhei para a desejada transformação da amizade mútua dos países (povos?) lusófonos em conhecimento mútuo dos países (povos?) lusófonos, para usar os termos do tratado constitutivo da CPLP de 1996 e da declaração de Bissau de 2006, respectivamente.

Esta lusofonia global, pensada ou pelo menos traduzível em inglês, distingue-se da *francophonie* e da *hispanidad*. A diferencialidade lusófona dentro do mundo ibero-americano (que também possui um secretariado permanente com sede em Madrid) é inegável para o académico luso-americano, que acrescenta:

Se bem que ninguém consiga explicar o que ela seja, todos a sentem em maior ou menor grau e admitem-no se conseguem falar em situações livres, despolitizadas e fraternas. Mas publicamente as tensões e as feridas ainda não completamente saradas vêm ao de cima e a palavra “lusofonia” – que nem sequer conseguiu entrar no documento oficial que criou a CPLP – tornou-se assim como uma espécie de ‘vício inominável que toda a gente sabe que existe mas não se atreve a referir. E então os mais renhidamente influenciados pelos resquícios do marxismo, que em tudo vêm interesses do capitalismo, advogam um mundo *naïf* em que as trocas sejam todas como que ditadas pela força evangélica de um cristianismo em que não acreditam.

¹⁸ “Sociedades e culturas tropicais”, abreviado em SOC, que veio a ser extinto em Outubro de 2006 como descrito em *Saber Tropical 125 anos*, organizado por Teresa Albino, Lisboa: IICT, 2008, p. 409.

¹⁹ *Multiple allegiances as fate: the Portuguese idea of Europe* disponível na minha página pessoal <http://prof.fe.unl.pt/~jbmacedo/papers/fate.html>

Onésimo previne porém aqueles que esperam “que sejam os intelectuais a ditar o que se deve fazer. Está na essência da academia divergir, concentrar-se na análise, criticar, desestabilizar. Avance-se portanto com projectos práticos, se há de facto interesses mútuos a desenvolver”. Refere então várias iniciativas francófonas, terminando com a citação de uma revista publicada em Paris, cujo director, “muito crítico embora do luso-tropicalismo e seus excessos”, cita:

Para nós, a lusofonia é um espaço de partilha e de reagrupamento de iniciativas em busca das nossas raízes, na expressão da nossa diferença e onde cada qual pode afirmar a sua personalidade e os seus valores. Manifesta-se na prática cultural, artística e literária, numa base de tolerância, de bom entendimento e sem preocupações de competição, em fraternidade livre e desinteressada à volta de valores artísticos e culturais. Será mais ou menos isto, tanto quanto entendemos.

Ao prestar tributo à Jill, reitero a homenagem à memória de quem soube combinar as pertenças de súbdita britânica e de cidadã portuguesa, de professora e de investigadora, sem esquecer a relação ímpar que manteve com o seu marido, a quem o IICT também deve o reconhecimento do seu direito a ocupar o andar nobre do palácio Burnay. Como teria gostado de partilhar com o casal as comemorações em curso dos 125 anos de saber tropical!

Blogue História Lusófona do IICT

Ultimato e lusofonia global
10 de Novembro de 2014

A propósito do romance de Pedro Pinto, *Serpa Pinto o mistério do sexto império* que me coube apresentar na FNAC do Colombo em 07/11/14, junto uma breve reflexão sobre a Conferência de Berlim, a que neste blogue de 09/12/10 chamei a primeira paragem da lusofonia global, e o ultimato que, segundo o romance, Serpa Pinto antecipara durante a sua viagem, mais de dez anos antes. Pelo caminho, dou nota do enredo que, envolvendo outros autores deste blogue, poderá interessar aos seus leitores, até para demonstrar que o blogue existe. Conhecia o gosto do autor pelo Brasil colonial mas confesso que a veia africana me tinha escapado até ao convite para apresentar este romance cuja capa ostenta uma fotografia do Arquivo Histórico Ultramarino tendo como fundo um mapa da África atlântica publicado em Amsterdão em 1661, o olho da providência que passou da nota verde do dólar para o universo (dan) browniano e vários objectos de viagem que se julga pertenceram ao herói fotografado. Referências pois aos séculos XVII, XVIII e XIX para um romance baseado num contrafactual de choque vivido entre Lisboa, Porto e Cinfães: cinco anos antes da Conferência de Berlim o Mapa cor-de-rosa já era conhecido do governo britânico!

Bastam umas linhas para capturar o enredo: um lisboeta biógrafo profissional que parece o autor do romance vive uma reprimidamente tórrida paixão com uma historiadora portuense. São 22 capítulos e 200 páginas terminadas num (mítico?) Hotel Portugal no dia em que passaram seis anos sobre a falência da Lehman Brothers. Aliás,

nada parece impedir que os encontros cruciais no Martinho da Arcada e na Sociedade de Geografia se tenham passado em *real time* nos primeiros nove meses do ano corrente. “Antecipou a perfídia britânica em mais de dez anos” diz Sebastião, putativo biógrafo de Serpa Pinto, o herói fotografado na capa do romance, a Constança Corte-Real, que o desafia por profissão: “Calma, Sebastião. Acalma-te por favor. O que aqui está ainda não é nada: uma carta na terceira pessoa que fala de Serpa Pinto e de uma outra carta que tu ainda não tens! Sim mas existe, pelo menos isso – interrompe Sebastião...Tem de estar na casa de Serpa Pinto...Constança treme, só de pensar em regressar a Cinfães e àquela estrada de memórias ardentes...” (pp. 172-3)...

Mas o romance é mais do que *thirtysomethings desperately seeking Serpa* porque a carta dele faz parte de uma narrativa que se configura como a raiz do conhecido livro *Como eu atravessei África*, interrompido num momento crucial e reencontrado por tentativas e erros do biógrafo e da historiadora. Como quero situar este romance histórico contrafactual no plano geopolítico a que convida a referência permanente à queda da monarquia, é indispensável explicitar o conceito de lusofonia global, que é usar a língua inglesa para globalizar a lusofonia. Assim: num mundo com concorrência à escala global, a lusofonia deve projectar os nove países em direções comuns, tornando-se um desígnio nacional em todos eles, na linha do que Antoine de Saint-Exupéry escreveu em *Terre des hommes*, 1939: “aimer ce n’est pas se regarder l’un l’autre, c’est regarder dans la même direction”.

Esta citação é inclusiva porque usa o francês, língua da república por excelência, e tem a vantagem de trazer o século XX que falta na capa (séculos XVII a XIX) e nos diários dos amantes desunidos (capítulos 2, 12, 18 e 20 para Sebastião, capítulos 4 e 20 para Constança, com narrativas na terceira pessoa no capítulo 6, o almoço no Martinho, e uma mistura de século XIX e XXI nos capítulos 7, 8, 10, 11 e 19). Para situar a narrativa intitulada “De Mozioatunia a Durban”, que cai ao mar a caminho do paquete Danúbio, nada melhor do que a conclusão do capítulo final escrito por Serpa Pinto (p. 188): Num último relance, Serpa jura ter visto as palavras “traição” e “ultimato” a diluírem-se nas águas do Índico. Num derradeiro adeua ao continente, naquele mar encrespado, Serpa acredita até ter visto o desenho de navios de guerra a ameaçarem o Terreiro dos Paço./ A ondularem, como jacarés em pleno Zambeze.

Começo por relativizar a expressão ultimato. Basta comparar o famoso telegrama de 11 de Janeiro de 1890 que termina referindo que o *Enchantress* estava em Vigo esperando ordens para recolher Mr. Petre caso “as forças militares portuguesas actualmente no Chire e nos países dos Makololos e Mashonas” se não retirassem. Ora a Primeira Guerra Mundial começou fez cem anos em Julho passado porque o Império Austro-Húngaro fez uma série de exigências ao governo da Sérvia que as aceitou todas menos uma e foi enviado um telegrama declarando a guerra. Aqui nem a aliança biltareal mais antiga do mundo foi beliscada: a Coroa anuiu porque de nada valia a ocupação efectiva sem o apoio francês e alemão, e aquele não seria suficiente como se viu em Fachoda oito anos mais tarde, quando a própria França recuou.

Quero assim aumentar a significância da conferência de Berlim, até porque a participação portuguesa foi analisada com base nas cartas do capitão Carlos Roma do Bocage ao MNE seu pai que felizmente se não perderam como as do major Serpa

Pinto. Em *Portugal na Conferência de Berlim*, 2013, Duarte Ivo Cruz revela que Luciano Cordeiro conseguiu rebater as posições de Stanley (p. 28), demonstrando melhor conhecimento do terreno. Manuel Lobato, historiador do IICT (*Saber Tropical 125 anos*, 2008, p. 20) considera o plano de Luciano Cordeiro, seguido por Serpa Pinto, um exemplo do que chama a visão “política” por oposição a “científica” das expedições de Capelo e Ivens.

Manuela Cantinho, antropóloga do IICT, aposentada e curadora da Sociedade de Geografia em “Livros de Viagem da Exposição Portuguesa ao interior da África Austral em 1877”, publicado em *Tesouros da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 2001 prefere falar de explorações geográficas (Serpa) e comerciais, ou de “machila” (Capelo e Ivens). Seria tentador ver nessa trabalhadora incansável do Arquivo e da Sociedade, que biografou Henrique de Carvalho e tantos outros, uma versão feminina de Sebastião, ao passo que equivalente moral de Constança seria um jovem professor da Universidade do Porto que estuda Serpa Pinto há vinte anos, Nuno Resende, que conheci quando apresentou as fotografias do explorador no palácio Burnay em 2009.

Outra alternativa seria Cristiana Bastos, historiadora do ICS (ex-GIS) da Universidade de Lisboa que, mau grado a sua obsessão pela higiene e medicina tropical, junta os dois amantes na sua prosa sobre explorações e travessias publicada num volume coordenado pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e o IICT em 2013, no qual fala do “estilo de conhecimento espectáculo de Serpa Pinto” (p. 337). Qualquer que seja a Constança escolhida, a tese e antítese mais sofisticada e apropriada ao romance contrafactual sobre as travessias seria político/espectáculo em tensão com científico/comercial. Mas a chave de leitura deste romance que eu defendo é antes deitar abaixo essa antinomia artificial, no espírito da lusofonia global: olha na mesma direção, a do bem comum lusófono!

Um queixume antes de terminar. Sou o sócio nº 4214 da SGL, número atribuído em 1898 a meu avô e portanto ainda no século do livro e chorei “lágrimas autênticas” (como diria Fernando Pessoa) ao ler a indiferença cruel de Constança relativamente ao Arquivo Histórico. “Achas que vale a pena voltarmos ao museu?/- Não sei. Parece-me improvável. Mais livros, mais documentos?/ Não. Seguramente, não./- Então, onde poderá estar? Torre do Tombo? Arquivo do Ultramar? Uma Universidade?/- Não. Não acredito. Para além da Sociedade de Geografia, esquece! A estar, era lá que a encontrávamos. E eu não falho, Sebastião. Não a esse nível. Não penses como eu. Tens de pensar como tu. Raciocina como um biógrafo. Um farejador! Um roedor! E não me interpretes mal. Não desta vez...Onde guardarias tu algo de absolutamente precioso?” (p 179). E vão dali para Cinfães à procura da carta perdida...

Também não queria que o autor me interpretasse mal. O livro é como se diz em inglês um *page turner*, li o pdf sem parar e depois emprestei o livro físico a um ilustre diplomata de Cinfães, além de trocar impressões com Cantinho e Resende, para evitar fazer *name dropping* sem autorização. Fico encantado que do Brasil colonial passasse a África num romance que considero tão gráfico como uma aventura do Timtim (porque não no Congo) contada por Claire Brétecher (autora de *Les Frustés*). Aqui estou, espero que subtilmente, a substituir séculos por décadas, 50, 60, 70, 80 antes de passar para os filmes. Porque ou me engano muito ou os amores tórridos do biógrafo alfacinha e da historiadora tripeira dão um filme de arromba num país lusófono à sua escolha.

Estou certo que, além dos nomes aqui citados, muitos leitores do blogue gostarão do filme!

Lusofantasmias nos lados do Campo Grande 3 de Abril de 2011

Entre 23 de Março e 1 de Abril vi fantasmas da lusofonia global nos lados do Campo Grande e vi suscitar debate sobre esses lusofantasmias que julgo ter visto.

Começo pelas datas, para depois evocar os fantasmas que interessam ao debate académico, estético e até político que vi suscitar. Em 23 de Março, um chefe de governo impopular apresentou a demissão ao chefe do Estado. Toda a gente sabe isso. Os eleitores também sabem que, no próximo 5 de Junho, terão oportunidade de escolher uma coligação ampla para a mudança, afastando outros fantasmas: a instabilidade governativa tantas vezes visto noutros lados da cidade entre 2001 e 2005 ou nova insolvência soberana cento e vinte anos depois. Na matriz judeo-cristã em que nos inserimos, por outro lado, 1 de Abril é o dia em que se pode responder sem medo à pergunta temível: “já deixaste de mentir?”.

Fantasmias da lusofonia global interessam à política externa dos oito países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com sede na Rua de São Caetano à Lapa.

No quadro de um acordo de cooperação assinado há sete anos com o saudoso Secretário Executivo da CPLP, Embaixador João Augusto Médicis, o Instituto de Investigação Científica Tropical tem promovido um debate de políticas públicas, nomeadamente à volta da declaração da cimeira de Bissau da CPLP sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, no décimo aniversário da organização inter-governamental.

No lado poente do Campo Grande, onde está situada há cinquenta anos a Universidade de Lisboa, a exposição “Caras e Citações: uma Interpelação Estética sobre Universidade, Cultura e Desenvolvimento”, destinada a comemorar o centenário da Faculdade de Letras de Lisboa, criada em 23 de Março de 1911, e que trouxe ao átrio dos movimentos estudantis de antanho danças africanas irresistíveis, faz referência explícita à lusofonia global e à declaração de Bissau.

Na conferência “Identidades, hibridismos e tropicalismos: leituras pós-coloniais de Gilberto Freyre”, realizada de 31 de Março a 1 de Abril, no lado nascente do Campo Grande, num antigo quartel que agora acolhe a Universidade Lusófona, o prefixo luso ficou implícito. Apesar do título ser ainda mais longo do que o anterior - e de a Fundação Gilberto Freyre ter patrocinado a vinda da filha do homenageado e de outras individualidades brasileiras - os organizadores preferiram “pós-colonial” a “lusotropical”.

É provável que a preferência não venha nem da Lusófona nem do IICT mas do peso do *campus* do lado sudoeste do Campo Grande.

Fantasma por fantasma prefiro o “luso” ao “pós” (*Futuro e História da Lusofonia Global*, Lisboa: IICT, 2008, *passim* especialmente p. 155 ss, p. 170 ss), mas a

conferência evacuou esse debate, considerado irrelevante por Miguel Vale de Almeida, *éminence grise* daquelas leituras pós-coloniais. Na sua comunicação, lida no ritmo frenético de um batuque africano, ainda conseguiu mencionar duas vezes a CPLP e alertar que valorava de modo distinto a instituição e a comunidade. Só que, no meio de muitas distinções e outras tantas ambiguidades, sem esquecer os hibridismos encantatórios do título, acabei por não perceber as identidades intelectuais. Tentando saber o porquê da distinta valoração entre instituição e comunidade perguntei-lhe: “Porque tem medo da CPLP?”.

Respondeu que eu estava equivocado no medo que ele não tinha, até porque a instituição era irrelevante, como quem diz fantasma inofensivo. Ainda tentei replicar que a CPLP existe e recomenda-se mas o discípulo que moderava a sessão calou-me. Felizmente, encontrei o mentor à saída e falámos pausadamente durante uns minutos e esclarecemos, assim o espero, o equívoco: ao contrário do que eu pensara, o que ele valora negativamente é a comunidade. Esse lusofantasma poderia meter medo, a CPLP *jamaís!*

Na abertura da conferência falei do IICT, desde a sua criação nas vésperas da conferência de Berlim até ao plano de actividade concertado com a CPLP na presidência angolana em curso. Enalteci a declaração de Bissau, que quer transformar a “amizade mútua” do tratado constitutivo em “conhecimento mútuo” e evoquei a exposição do lado poente, oferecendo o *Catálogo* à filha do homenageado, com quem partilhava a mesa, e que se fez eco da “aprendizagem mútua”.

Na verdade, a exposição evoca o primeiro, sétimo e oitavo Objectivos do Milénio e acompanha a narrativa com testemunhos de alunos do curso de estudos africanos da Faculdade de Letras, um dos quais, guineense como o actual Secretário Executivo, afirma que “a CPLP é uma instituição fantasma”.

Estava encontrado o mote, mas seria redutor ficar por aqui. De facto há outra ponte por cima do Campo Grande que é a evocação de Gilberto Freyre por Jorge Borges de Macedo, um dos mestres citado no *Catálogo*. Ponte tanto mais sólida quanto é certo que se trata de uma separata do *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa* (nº 16, 1989, pp. 93-127) instituição criada por Adriano Moreira. Aí se afirma a dado passo que “são escassíssimos os estudos críticos” a respeito de Gilberto Freyre, acrescentando em nota: “Exceptuaremos, na área das ciências humanas, Adriano Moreira e, quanto a estudos de antropologia, Almerindo Lessa. Cite-se o esforço para valorização da obra de Gilberto Freire devido a Luís Forjaz Trigueiros” (p.95). Mais adiante se lembra a proposta de Jorge Dias, outro mestre citado em *Caras e Citações*, ao admitir que a metodologia de Gilberto Freire possa “ser usada para abordar, com novos elementos e novas hipóteses, o problema do lado português” (p. 123). E a conclusão denuncia a “hierarquia da soberba” onde o topo das civilizações “era ocupado pelas sociedades industriais e as culturas quantificadas” (p.127) considerando que foi este “o resultado profundo da obra de Gilberto Freire”.

Na conferência de abertura, um académico inglês alegou que Gilberto Freire escrevera in *the wrong language*. Em resposta a perguntas relacionadas com tal juízo, aventou que se Freire tivesse permanecido nos Estados Unidos teria aprendido a lidar melhor com a crítica. No Recife, onde era um *big fish in a small pond*, estava rodeado de discípulos reverentes, fenómeno a que nenhum *campus* é estranho mas que, como

já escrevi (*Futuro e História*, cit, “Mais vento de Hespanha”, p. 186 ss), viceja no lado sudoeste do Campo Grande, fortemente representado neste evento, até porque, como notou o representante da Lusófona na conferência de encerramento dada por um académico brasileiro, o académico português Adriano Moreira não compareceu.

A organização deveu-se a dois bolseiros pós-doc, uma do IICT (que não desconhece a lusofonia global) e outro de Miguel Vale de Almeida. Este talvez desconheça o conceito porque trabalhou no IICT antes do protocolo com a CPLP e depois foi eleito deputado nas listas do Partido Socialista com uma missão predominantemente doméstica. Sem embargo, ouvi-o falar eloquentemente de Jorge Dias numa iniciativa do Conselho Científico do IICT, quando a instituição já estava ancorada na CPLP. Vale ainda o encontro final à porta do auditório, onde se desfiz o equívoco e decidi escrever sobre lusofantasma diversos vistos para os lados do Campo Grande.

Oxalá prossiga o debate na zona ribeirinha, onde nasceu vai para três anos, o *blogue de História Lusófona*, onde convidei os participantes a escrever. Os organizadores pelo menos devem aceitar o convite que formulei na sessão de abertura, e excitar a curiosidade dos seus mentores por estes e outros fantasmas da lusofonia global, que felizmente não lhes metem medo.

Opening and Closing Remarks

A primer on Global Lusophonia (GL)²⁰

GL rationalizes an external dimension for the *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP). It might also reflect other intergovernmental culture-based platforms, such as the Commonwealth of Nations, *Secretaria General Iberoamericana* (SEGIB) or *Organisation Mondiale de la Francophonie* (OIF), insofar as they:

1. involve governments through diplomats but also national organizations such as central banks and armed forces, cities, business councils, universities and therefore must combine interests and values in political, economic and even spiritual domains.
2. project common views on world problems such as peace and the sustainable development goals. If CPLP is willing to also communicate in English, its views become more relevant to observers, such as Japan or Turkey, who are members of G20, chaired by Germany after China, or of the BRICS, chaired by China after India.

Economic and financial differentiation entails the broader geographical domain of CPLP and Portuguese speaking migrant communities scattered across the globe. National differentiation which cuts across history and geography can be grounded on culture-based multilateralism, like the 2006 Bissau declaration on the *Millennium Development Goals*. This declaration explicitly mentions “mutual knowledge” as a lever, alongside political will and financial clout, for the management of culture-based multilateralism.

²⁰ Moderator’s remarks for a panel on “Lusophone Countries: Partnering for Prosperity” at the Horasis Global Meeting, Cascais May 29, 2017

Evident from the multiple allegiances of its citizens, the Portuguese idea of Europe goes beyond economics [5]. Like EU and CPLP, whose secretariat has been located in Lisbon since 1996, such idea includes finance, defense, science and technology, as well as culture. The Portuguese vision differs from other national visions, in particular in terms of the salience of neighbourhoods, although the globalization of Europe is now shared across the membership. Progress on trade has been very slow, in part because trade between CPLP members and their neighbors is very constrained, with the exception of Portugal. Nevertheless, improved business environments and better governance should sustain economic recovery across the other regions of integration of CPLP members: ECOWAS (Cape Verde and Guinea-Bissau), ECAS (Equatorial Guinea and São Tomé e Príncipe), SADC (Angola and Mozambique), ASEAN (East Timor as observer) and Mercosul (Brazil).

In addition, the Portuguese business community, under pressure to export after the global financial crisis of 2008, began to look at the opportunities offered by combining Portuguese speaking and other European markets. The greater openness and competitiveness of the national economy in knowledge-intensive activities should be anchored in the reform of public administration, which has been slow and uneven [5]. The effect of the crisis has been a topic of research at Academia das Ciências de Lisboa where a *Letter to Queen Lusophonia* involving fellows from Angola, Brazil and Portugal builds on the 2009/10 Letters to Queen Elizabeth [4].

Cooperation between Portugal and its former African colonies began in two unlikely areas, defense and finance. Ministers of Finance and central Bank Governors had since 1990 meetings convened by Banco de Portugal at the margin of those of the Bretton-Woods institutions. This practice of the so-called Afro-Ecofin was revived in 2014 after exit from the adjustment program. The annual meetings were gradually joined by Brazil, while East Timor and Equatorial Guinea joined immediately. [3] notes that this was helped by their recognition as a region for the purposes of European development cooperation, during the first presidency of the European Council in 1992.

The reality of culture-based multilateralism within CPLP has therefore been less salient in the usual areas of language and trade than in defense and finance. This need not be reflected in the existence of regular Ministerial Meetings since those on Culture or Science and Technology started well before those on the Economy or Energy, the were inaugurated in May, 2015 [4, published by IICT now part of ULisboa, p. 108].

[6] states that “the rest of the world would benefit from a bit of Lusophilia” at the same time that the existence of the Portuguese-speaking market was being researched at Harvard Business School under the supervision of the late Julio Rotemberg (1953-2017). This led me to suggest that “globalization liberates lusophonia” when [1] was published and to a business audience shortly thereafter [2]. Also, [7] deepened and widened [6]. Economic potential and cultural legacy will become complementary insofar as CPLP members are open to their neighboring integration areas, India and China, where the Macau Forum has become a relevant vehicle for trade and investment promotion. This has not yet been achieved but “silo busting” within organizations and nations has had concrete results in various fields [8].

Spain drives SEGIB but Argentina, Brazil and Mexico are G20 members and the same pattern is found in OIF, with Canada and France in G20. The UK, with Australia,

Canada, India and South Africa also in G20, may drive the Commonwealth but the US is indifferent. CPLP, driven by Brazil, the only indigenous monarchy in the Western Hemisphere, remains a genuine product of the first wave of globalization, which the translation of the *Lusiads* in English and even in French has trouble capturing, e.g. “*Entre gente remota edificaram/ Novo Reino que tanto sublimaram*” becomes “*Et, parmi ces peuples lointains, ils édifièrent/ Ce nouveau royaume qu’eux seuls sublimèrent*” or even “*forc'd their way/ To the fair kingdoms of the rising day*”!

A more contemporaneous reason for GL’s rising notoriety is that CPLP has a Business Council reflecting the strategies for open economy of member states through business organizations such as ELO, a business association established in 1988 which is now part of CIP, the confederation of Portuguese enterprises. In this way, CPLP can drive Portugal’s strategy for open economy in energy and natural resources; communications and public works; financial services; maritime business; agriculture; tourism, education, health.

References (to avoid repeating reference to the number in the list pp. 17- 19 is added)

1. Araújo, João and José Tenório de Figueiredo 2014, *Strategy for Portuguese-speaking market one vision one strategy one execution*, Universidade Católica Editora.
2. Braga de Macedo, Jorge 2014, Promoting business across the regional platforms of CPLP, EBCAM meeting, Cascais, November (<http://www.jbmacedo.com/papers/ebcam.pdf>)
3. —2015a (24) (<http://www.jbmacedo.com/lisbon25y.pdf>) .
4. —editor 2015b (33)
5. — 2017 Reform complementarity and policy coordination in Europe: a view from Portugal, CIGI Paper nº 132
6. *Monocle*. 2012. “Generation Lusophonia: why Portuguese is the new language of power and trade.” 6, p. 58 ff.
7. —2017. “Special Relationship Portugal x Monocle: A 64-page Report.” 11, p.101 ff
8. Tett, Gillian 2015. *The Silo Effect: The Peril of Expertise and the Promise of Breaking Down Barriers*. New York, NY: Simon and Schuster.

International Governance at Nova SBE: Center, Program and Project²¹

Let me first apologize because I am not going to just say: “thank you, thank you all, we’re closing”, which is the gold standard of closing remarks.

Instead I will elaborate a little bit on a point which I think is implicit in the title of the report “Globalization and Development”²² How does this work? How to you get the engine going? I will submit that it is governance.

²¹ Closing Remarks, Workshop on Globalization and Development, June 9 2017. I thank Cátia Batista for her kind invitation. The text was revised during the NBER Summer Institute 2017, where I was able to follow the presentation by Pascual Restrepo of the keynote address of the workshop “Robots and Jobs: Evidence from US Labor Markets”, his joint paper with Daron Acemoglu. The presentation in Lisbon was delivered via Skype, with a very poor reception, also due to the fact that the author was simultaneously babysitting and recovering from a cold. Fortunately the July presentation, the discussion that followed and the slides Pascual clarified the argument and reinforced my perception that the link with governance and development was tenuous so that the remarks needed no amendment.

Governance broadly speaking and, in particular, governance innovation. I don't want us to be stuck there at the three levels. Governance at the national level: is it good, is it bad, is it medium? Governance at the regional level: does it exist?

All these levels were mentioned in presenting the report: I noticed that even policemen were mentioned!

Since international governance is notoriously slippery, it is quite understandable that you should leave it implicit. I am just making it explicit in a few words and the reason for doing this has a bearing on the report but it also reflects what this School is doing about it so it may also be informative.

I am actually thinking about a particular type of international governance, which involves culture or language²³. It can be illustrated by a book published a couple of years ago by the Catholic University Press, which was written by two Harvard Business School graduates²⁴. They were advisees of Julio Rotemberg (1953-2017), a good friend whose memory I invoke here²⁵. With this international source, they came back, revised the essay and moved on to the financial sector. The title of the book mentions *The Portuguese speaking market*. Note the singular. They describe the various Portuguese speaking countries, provide some comparisons with Spain in Latin America (Julio was born in Buenos Aires), they interviewed many people and Julio of course made it look attractive (otherwise they would not graduate!)²⁶.

The book raises the possibility of taking seriously what I call culture based multilateralism²⁷. Fortunately, it is not the only such case. We have the Iberian Secretariat, the Francophonie. Even the Commonwealth, to some extent, could represent culture based multilateralism even though as you know the US is not part of it so one wonders how that could play²⁸.

The Portuguese speaking market covers the Community of Portuguese speaking Countries (CPLP), with nine member states²⁹. But interestingly there are observers in this group that are members of the G20, aside from Brazil who is course a full member. I am talking about Turkey I am talking about Japan. And here you immediately see that this entity, made up of countries that are far apart, has more gravity than would be

²² This refers to the World Bank Flagship Report: *Better Neighbors: Toward a Renewal of Economic Integration in Latin America*, which was presented by the team leader Daniel Lederman and discussed by Luís Brites Pereira and Isabel Horta Correia. They are mentioned below as deputy director of CG&G and (implicitly) as a fellow of ACL.

²³ More at <http://www.ibmacedo.com/papers/GLprimer.pdf>, reproduced above.

²⁴ Reference [1] in the previous text. My endorsement in the back cover dared suggest "A Global Lusophonia Manifesto" as sub title and my remarks at the 26 September launch were titled "Globalization Liberates Lusophonia" (*A globalização liberta a lusofonia*), a claim not yet backed by empirical evidence, partly because geographical distance and economic diversity are the striking feature of CPLP, as I argued on 13 November in reference [2] in the previous text.

²⁵ At about the same time, reference [6] in the previous text stated that "the rest of the world would benefit from a bit of Lusophilia". Reference [6] *ibid.* deepened and widened the 2012 analysis.

²⁶ I already evoked him in p. 28 above.

²⁷ Previous text, p. 28 and references [4] and [8].

²⁸ Previous text, p. 28.

²⁹ Previous text, p. 27 and reference [3].

apparent in trade flows³⁰. Trade gravity is important but there are other forms of gravity.

Because of our great poet Camoes, we can call this spiritual gravity: “entre gente remota edificaram/Novo Reino, que tanto sublimaram”. The translation into English is so awful I will spare it to you but the word “sublimate”³¹ is not there and they interpret “remote people” as the need for brute force³². Anyway those are cultures we live with³³.

So let me give you very quickly three examples: Center, Program and Project as promised.

One is a center called center for globalization and governance. Again it is very concerned about development but it throws in the governance to make the stake. We are even planning at the moment a course in executive education around that topic³⁴. Exactly the world is not flat what you say in your report and even if there seems to be a backlash in globalization, distance still matters, location matters but in an open way. This center was established in an interesting way that might amuse you by an agreement between the ministry of finance and the rector of this university not the one who was here this morning but four or five rectors before him. So it is an ancient center and it was called that way. I must tell all here: it was not called Center for Globalization and Governance until February 2008! Luis and I are very proud that it was February as opposed to October or December because by then there were about one hundred such centers for globalization and governance throughout the world.

The second example is a Ph. D. program, so now we’re talking about education advanced education which tries to attract biologists and managers so as to make the biologists think about patents and make the managers think about knowledge. It is actually called Tropical Knowledge and Management. Here the charming staff, not just you, everybody, call it TropikMan. I find this a little bothersome because “man” could sound opposed to “woman” whereas it is but an abbreviation of “management”. It may come as more difficult for some economists than for others but the program has gone very well. It has been financed by the Portuguese government and we do not know about its sustainability but it is working!³⁵

³⁰ Previous text, p. 27 and reference [5].

³¹ At the time the verb described the direct transformation from the solid to the gaseous state without becoming a liquid, but now it seems that “sublimate” can be used.

³² The second half of the first stanza reads “Em perigos e guerras esforçados / Mais do que prometia a força humana, /E entre gente remota edificaram / Novo Reino, que tanto sublimaram”. Among the eight translations listed in Wikisource, the second (by William Julius Milke, dated 1776) translates as “with prowess more than human forc’d their way / to the fair kingdom of the rising day”. Instead the eighth (by Richard Francis Burton, dated 1880) translates as “and in the regions of a distant race, rear’d a new throne so haught in Pride of Place”. As mentioned in the previous text, even in French has trouble capturing this sublimation, because it adds “them alone”: “Et, parmi ces peuples lointains, ils édifièrent/ Ce nouveau royaume qu’eux seuls sublimèrent”. The stanza is identical in Spanish however.

³³ Previous text, *in fine*.

³⁴ Tentative workshop to be given in Portuguese to the funders of the new campus by Joe Santos, INSEAD and associated with CG&G since 2012, and myself under the title “Governing nations and firms under insecure globalization”.

³⁵ There is a summary in the RUFORUM Repository

And last but not least, the project where we are associating several universities at the Lisbon Academy of Science. There is here only one other person besides me who knows what it is and the key point is you have to deal not just with fellow economists but with other people from the social sciences and, God forbid, from physics, biology and so on. And the way we have working together which is actually quite exciting involves writing a letter to a fictional Portuguese-speaking Queen!

You all know that when the crisis came in September 2008 shortly thereafter the queen visited the new building at LSE and was briefed on the crisis. She asked if these things were so huge (I think that was the exact term) how come nobody noticed? And it was actually an Iberian economist who replied well everybody was focusing on their thing and well...the British Academy (which does not have members from the natural sciences) wrote shortly thereafter a Letter to the Queen which essentially said "It wasn't our fault Ma'am"³⁶. So now we're now writing a letter with two major differences and I think they will be of interest to you. First we introduce natural sciences the British Academy has no natural sciences this one does hence the biology and physics types. But most important the Letter to Queen Elizabeth mentioned only one country (besides the UK, after all she is the Queen of England!) and this was the US plus a footnote about India and China because they provided savings...need I say more?

In the draft letter we focus on Portuguese speaking countries, Brazil in particular there's a Brazilian economist two Angolan economists in the project dubbed *Letter to Queen Lusophonia*. Please don't laugh! Nobody laughed, I'm done and we can go!

Queen Lusophonia thanks you because of your spiritual understanding of lusophonia even though I spoke in English!

Nova, Africa & Finance³⁷

Thank you to the three organizers Cátia Batista, Pedro Vicente and Miguel Ferreira. And thank you to the remaining participants for being here. This event was remarkable in various ways, especially the fact that NOVAFRICA and the Finance Center joined forces so effectively throughout the day.

³⁶ A draft "Letter to Queen Lusophonia on the crises proceeding since 2008" is published in Portuguese in *Nova SBE Working Paper # 611*, June 2017. The research project carried out by ACL, CG&G and the Tropical Research Institute (part of the University of Lisbon since 2015) is summarized as deconstructing the points in the Letters to Queen Elizabeth written by the British Academy in 2009 and 2010 and those written to a fictional Portuguese-speaking Queen, taking into account the 2015 edition of *Writing to Queens while Crises Proceed*, dedicated to the memory of Jacinto Nunes (1926-2014), former dean of the economics section. The *Working Paper* includes a second text written in 2014 to update a presentation at ACL on Global Lusophonia, signaling greater awareness of the complementarity between economic potential and cultural legacy in the Community of Portuguese-speaking Countries (CPLP) insofar as its members, observers and their areas of economic integration encompass the globe. Evidence is provided from the Strategic Council for Open Economy and Energy@CPLP, as described in the 2015 edition of *Writing to Queens*.

³⁷ Closing Remarks, 31 March, 2014.

This is quite welcome and so Dean Zé Machado, who could not be here, asked me to give a sense of how the enterprise fits into what we could call “the narrative of Nova School of Business and Economics”. My take on this narrative can be flattering because I don’t have any executive role in NOVAFRICA. As a member of its Advisory Board, I can mention that Luis Amado, another member who was on the program but could not be here, has been very encouraging about the work of NOVAFRICA. I know he would have liked to see how today NOVAFRICA blended with our Finance Center.

The School, indeed Nova University itself, was born almost 40 years ago of the dream of Alfredo Antonio de Sousa, a development economist, who did his Ph.D. in France with Celso Furtado, a Brazilian economist who was also minister of finance. Yet this school is seen as the most Anglo-Saxon school ever to exist in Portugal. This teaches you the importance of origins but also the fact that it is a little bit difficult to get where we are going from where we started. What has been the trajectory? In one of my comments this morning, I alluded to the North-South-South link. Well, Germans have a way of presenting it as “Aus Deutschland nach Luanda und Maputo via Lissabon” – so we are the *via* part!

Let me give you as examples the establishment of Angola Business School (I was back in Luanda last week and I checked it out), a school in Maputo and a school in São Paulo. These three spin-offs fit with the Nova Business School narrative because, like here, the teaching is done in English within a Portuguese-speaking environment. We have a strong sense of networking among the members of the Community of Portuguese-speaking Countries (CPLP), also called lusophone countries, but our network is English-speaking!

The other point that may come as a surprise to some of you, but in fact is a consequence of our English-speaking network, is that it applies equally well to China. While not a member of the Community of Portuguese-speaking Countries because it is a special region of China, Macao is a member of the Union of Portuguese-speaking capital cities (UCCLA) and has therefore been interesting to the School in terms of accessing the gigantic Chinese market for higher education. There is a kind of China-CPLP link in Macao, so this Asian networking is also a step towards our global player ambitions.

Here are the three concepts that you may take home if you want to: CPLP one, the economic regions to which each one of its members belongs is two and the relevance of the *via* part is three. For the latter I will offer yet another name, that you may find more attractive, or maybe not.

1. CPLP is made of eight very diverse countries. By far the largest is Brazil, Portugal is the oldest, then you have two countries in West-Africa, Cape Verde and Guinea-Bissau, one country in Central Africa, that’s São Tomé e Príncipe, two countries in Southern Africa, Angola and Mozambique, one country in Asia, East-Timor. From Mercosul to ASEAN, the strength of CPLP is diversity. None of the eight countries has a common border, and some of them are extremely small.

2. Yet the CPLP eight are all close to the sea and they have very large, kind of areas both on the sea and on the mainland if you take into account the regions to which they belong. ECOWAS, the two West-African countries, the Community of Central African Countries (CEAC) for Sao Tome, and the Community of south African

states SADC, ASEAN, MERCOSUR and the European Union. But it is acting in its infancy, the ability to take advantage of those broader lines is now a project where the facilitation of trade and investment amongst the eight is done in a way that takes into account that broader area. So, diversity brings its intensive and extensive margins - if you allow me to borrow from international trade rather than finance.

3. To describe the *via* part, I already gave you a German project but it seems a bit cryptic. Spelling it out in English sounds strange because if you were to translate it would be “global lusophony”. Now if francophony already makes you smile, lusophony would not pass the straight face test. My proposal is “global *lusofonia* – keeping the Portuguese word in Portuguese like *Francophonie*. I have found that nobody worries about the name *lusofonia* - at least if it is embedded in a narrative that makes sense in English.

We now have a name for the narrative, I can stop, but I would like to offer a basis for “global *lusofonia*”, which is in the Bissau Declaration of 2006 on the Millenium Development Goals in CPLP countries. As you all know and we discussed this morning, MDGs involve political will and financial commitments but they also involve “mutual knowledge” and this is the key for the countries to succeed in the global partnership for development. This was a pre requisite for CPLP to acquire this economic dimension that I referred to. The countries speak the same language so they can learn English together! Just to give you examples that we are not alone in doing this: the Catholic University of Angola has been publishing a report on Angola’s economy for some time, but this is the first time they’ve published it in English for 2012. Conversely the *African Economic Outlook* from the OECD Development Center and the African Development Bank has had now a version in Portuguese of the four countries in Africa for a number of years.

So “global *lusofonia*” is about giving greater visibility to the CPLP economies.

The rain has stopped, the sun is out, fortunately you still have the possibility of walking around and perhaps think about global *lusofonia*. Thanks for being here and till next time!”

Antevendo Mais Lusofonia³⁸

Depois de escrever *Huambo/ Nova Lisboa e Ceuta*, o jornalista Xavier de Figueiredo alarga e aprofunda o âmbito dos seus escritos históricos. *O Último Ultramarino* tem não só a profundidade de uma autobiografia com heterónimos mas também a largura de um tempo translato. Entre as campanhas de África nos fins da monarquia - quando se escreveu sobre *Autonomia de Angola* [2] - e 2095, quando um Presidente da República de Angola honra o antigo colono, sucedem-se oito gerações de uma família de ultramarinos, que retornam de e para Angola, imbricando passado, presente e futuro. Mesmo que conote a homenagem ao soldado desconhecido da primeira guerra mundial e o receio de equívocos atlânticos e

³⁸ Elementos recolhidos na elaboração de um curto prefácio a *O Último Ultramarino* por Xavier de Figueiredo. As referências do autor são citadas por número e listadas por ordem alfabética do título, seguido de (P) para Jorge Borges de Macedo (1921-96) e (A) para José Pinto de Macedo (1876-1948). Palavras em itálico entre aspas são reservadas a citações do manuscrito a prefaciá-lo.

pacíficos da Sociedade das Nações, o memorial pode também celebrar a duração da fluidez cultural entre estes dois membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Agradável vaticínio: antevejo mais conhecimento mútuo na CPLP desde que, em 2012, a quintessencialmente britânica revista *Monocle* associou *lusophilia* a *lusophonia*, termo que continua polémico em português - embora não haja melhor. A esse respeito, ainda antes da crise global, em parceria público-privada, já IICT e ELO projetavam economias, diásporas e até áreas regionais de cada um dos membros da CPLP ao passo que historiadores alimentavam um “Blogue de História Lusófona”, publicado com o título de *Futuro e História da Lusofonia Global*³⁹. Depois, sabendo que cartas sobre a crise enviadas por sócios da Academia Britânica à Rainha Isabel II tinham ficado sem resposta, confrades da Academia das Ciências de Lisboa decidiram escrever sobre a diversidade lusófona a uma Rainha sublimada⁴⁰.

Faltava, porém, a estas iniciativas de promoção do conhecimento mútuo dos membros da CPLP este tempo de *O Último Ultramarino* que adjectivei de “translato”. Recordo que era esse o sentido em que Álvaro de Campos se dizia vadio e pedinte a valer⁴¹. Ainda assim, a saga de Xavier de Figueiredo tem menos a ver com o solitário engenheiro naval criado na África do Sul do que com a *História do Futuro* vieirina, a *Mensagem* pessoana ou *Os Lusíadas* - por causa dos heterónimos, que são pelo menos dois.

O primeiro, Bartolomeu Seabra (1946-2028), é neto de um “soldado do corpo expedicionário...mandado para a fronteira sul de Angola, ameaçada pelos alemães do Sudoeste Africano”, que decide não regressar a Setúbal, onde nascera, se junta, no Lubango, a uma “graciosa e dedicada mulata” (“neta de um degredado português” chegado em 1850 e depois regenerado ao ponto de chegar a sargento-mor do forte de Caconda) e tem dois filhos; Eduardo, o mais velho, terceiro oficial na Fazenda, casa em 1945 com Silvina (descendente da “lendária colónia de madeirenses de Câmara Leme”) e tem dois filhos; o primogénito herda o gosto paterno pela história, é incorporado como cadete em Nova Lisboa em 1967 e, já alistado nos Comandos, conhece Odete, uma enfermeira com quem vem a casar em Luanda, estabelecendo-se na Gabela, onde nascem os dois filhos mas velhos. Em Agosto de 1974, numa cesura trágica, Bartolomeu e os seus descobrem Lisboa. Viria a trabalhar na Guiné e Moçambique, mas os cinco filhos tendiam a ficar com os avós, que também tinham deixado a Gabela.

Aos 80 anos, confia o seu “acervo de memórias, de ideias e pensamentos sobre a descolonização do antigo Ultramar” ao jornalista “filho e neto de ultramarinos”, que chegou

³⁹ Em 400 páginas (mais um DVD) coligiram-se contributos que historiadores do IICT, hoje filiados na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, haviam escrito para o “Blogue de História Lusófona” referido no texto. Um dos temas mais polémicos tem a ver com o termo “lusofonia”, certamente o pior excluindo todos os outros - bem como a respetiva tradução para inglês ou francês. O livro fez parte das comemorações do 125º aniversário da Comissão de Cartografia e foi organizado pelo malogrado Miguel Jasmins Rodrigues (1948-2016). Ver em particular a minha “Nota Prévia” (pp. 11-18) e o “Prefácio” de Lauro Moreira, então Embaixador do Brasil junto da CPLP, que historia admiravelmente o contributo do seu país desde a invenção pelo “Seu Cabral” (pp. 19-33). Sobre conhecimento mútuo, ver [4]

⁴⁰ A interpretação das cartas está em [3] e [27], tendo sido usado no curso de doutoramento em Saber e Gestão Tropical (*Tropical Knowledge and Management Ph.D.*) oferecido na *Nova School of Business and Economics* em articulação com duas outras escolas lisboetas (Instituto de Higiene e Medicina Tropical e Instituto Superior de Agronomia) e universidades na África do Sul, Angola, Cabo Verde e Moçambique [25].

⁴¹ Na vida futura, o tempo, tal como a alma humana, é um abismo. Ver “Cruzou por mim, veio ter comigo, numa rua da Baixa”, menos conhecido pelo primeiro verso do que pelo último: “Merda! Sou Lúcido.”

a Lisboa aos três anos, torna-se *alter ego* de Bartolomeu, ou seja segundo heterónimo, e dá pelo nome de João Alves (1972-...). O segundo heterónimo dá pelo nome de João Alves (1972-...) e recorda ter conhecido o primeiro entre 1991 e 1993 quando trabalhou para o Gabinete de Informação Africana, a “*alma mater*” do chefe. Os catorze capítulos do livro baseiam-se em “*dezassete longas sessões de conversas*” entre eles. O tempo alegórico começa com a viuvez de Bartolomeu, em 2019, inclui o enterro na presença de filhos, netos (um deles Comando) e bisnetas.

Mas também houve bisnetos porque, em 2072 (centenário do nascimento do secundo heterónimo) Inácio Seabra (2028-2093), trisneto do primeiro, retorna, com mulher e dois filhos, a Huambo, onde morre. Caberia à viúva, Luísa, nascida no Porto, evocar a ligação ancestral àquela terra. Dois anos depois, em 11 de Novembro, dá-se a inauguração do “*Memorial aos Antigos Colonos*”, onde vai marcar presença seu filho Lourenço, tetraneto de Bartolomeu Seabra. É assim que Xavier de Figueiredo abarca a massa euroafricana e o mar oceano, misturando facto e ficção, invocando ancestrais fenícios e godos, projetando enfim a maturidade ultramarina em Angola para o 120º aniversário da independência.

Então, avesso do avesso⁴², este heterónimo dos seus heterónimos organizou o prefácio em três tempos. Primeiro coteja Pessoa, Vieira e Camões no contexto da mistura entre facto e ficção, depois declina os casos que o levam a antever mais lusofonia, por último, a coberto de uma *História do Futuro* cujo *Livro Antepreimeiro* (publicado postumamente há 300 anos), associava Angola a Pernambuco na Restauração⁴³, explicita algumas circunstâncias familiares do próprio prefaciante.

1. “Facção” épica

Muito antes do furor das “notícias postiças”, conhecidas como propaganda na Alemanha nazi e na Rússia soviética mas julgadas extintas nas democracias esclarecidas da OCDE, já se discutiam relações entre factos e ficção, e suas consequências sociais e políticas. Assim, nos Estados Unidos, a televisão “parece mais tribal a cada dia que passa”, sendo que, para Gillian Tett (antropóloga e jornalista, *Financial Times*, 27/1/18), o termo “tribal” conota uma dimensão identitária na especialização em “silos” do saber e do fazer⁴⁴. É preciso ver o

⁴² Abreviei a famosa expressão de Caetano Veloso relativa a São Paulo: “E quem vem de outro sonho feliz de cidade/ Aprende depressa a chamar-te de realidade/ Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso” (*Sampa*, 1978).

⁴³ *Obra Completa*, 2014, Tomo III, Volume I, p. 110: “No tempo em que Portugal estava sujeito a Castela, nunca as forças juntas de ambas as coroas puderam resistir à Holanda; e de aqui inferia e esperava o discurso que muito menos poderia prevalecer só Portugal contra Holanda e contra Castela. Mas enganou-se o discurso. De Castela defendeu Portugal o Reino e de Holanda recuperou as Conquistas./ Aquele fatal Pernambuco, sobre que tantas armadas se perderam e se perderam tantos generais, por não quererem aceitar a empresa sem competente exército, que discurso podia imaginar que, sem exército e sem armada, se restaurasse? E só com a vista fantástica de uma frota mercantil se rendeu Pernambuco em cinco dias, tendo-se conquistado pelos Holandeses com tanto sangue em dez anos, e conservando-se vinte e quatro. Menos esperava o discurso que se conquistasse Angola com tão desigual poder enviado a tão diferente fim; e conquistou-se contudo aquela tão importante parte de África contra todo o discurso e antes de toda a esperança. /E para que se saiba mais distintamente quão grandes significações se contêm debaixo destes nomes tão pequenos – Pernambuco e Angola – o que se recuperou em Angola foram duas cidades, dois reinos, sete fortalezas, três conquistas a vassalagem de muitos reis e o riquíssimo comércio de África e América. Em Pernambuco recuperaram-se três cidades, oito vilas, catorze florestas, quatro capitánias, trezentas léguas de costa.

⁴⁴ O alerta é de Gillian Tett, “Trump, Putin and the power of propaganda”, *Financial Times*, 27 de Janeiro de 2018 onde recorda os seus tempos enquanto antropóloga no Tajiquistão soviético, argumentando que a

conjunto, como ela advoga em *The Silo Effect* - onde confirma a desconfiança entre economistas e antropólogos lamentada em [11].

Apenas dois exemplos da mistura dos géneros que dá origem á chamada “facção”, aplicada à literatura sul-africana negra e ao perfil moral da amante de Franklin D. Roosevelt. A despeito do mar oceano, o exemplo americano é mais relevante, na medida em que se trata de equilibrar a defesa da dignidade de Eleanor e a probidade presidencial com a devoção sem limites de Lucy. Ellen Feldman começa por advertir os leitores que, na “ficção histórica”, a ênfase deve estar no substantivo e não no adjetivo mas depois cita “em epígrafes a cada capítulo historiadores e jornalistas e várias pessoas que conheciam os Roosevelt e o seu círculo, mudando abruptamente a perspectiva dos leitores para um lado e para o outro, sugerindo assim que o adjetivo ‘histórico’ é levado muito a sério.”⁴⁵ Embora épico, ao contrário dos exemplos escolhidos, Figueiredo também leva o “histórico’ muito a sério: a tensão entre facto e ficção é transversal ao autor e aos heterónimos, de tal maneira abraça uma causa que é, pelo menos a três títulos, a sua.

Subentende Vieira (“o que se recuperou em Angola foram duas cidades, dois reinos, sete fortalezas, três conquistas a vassalagem de muitos reis e o riquíssimo comércio de África e América”) e chama simplesmente “o poeta” a Camões, mas eles estão embutidos nos antecedentes e descendentes de Bartolomeu – que (com disfarce de Pessoa), vê aparecer “de música longínqua, asas nos ares/ o mistério silente como os mares/ quando morreu o vento e a calma pasce”. Mistério silente da nossa língua, única na qual passa bem o reino que os barões assinalados edificaram entre gente remota e “tanto sublimaram”: como se ilustrou acima (p. 5, com explicações das traduções p. 28 e 30 nota 32), traduzida para francês, a estrofe tropeça e para inglês cai.

Crete na Restauração da independência nacional, Vieira previa que, no “escudo formado por arte e sabedoria divina ...verão os capitães de Portugal, sem conselho, o que não-de resolver; sem batalha, o que não-de vencer; e sem resistência, o que não-de conquistar. Sobre tudo se verão nele a si mesmos e suas valorosas acções, como em espelho, para que, com estas cópias de morte-cor diante dos olhos, retratem por elas vivamente os originais, antevendo o que não-de obrar, para que o obrem, e o que não-de ser, para que o sejam”⁴⁶. Mais do que clivagens passadas, conta pois o propósito futuro caldeado pela vivência do presente. Em nome das conveniências de curto prazo, esta cooperação

propaganda, mesmo quando vista como tal, influencia mais a opinião pública do que se julga e usa o exemplo do documentário intitulado *O nosso novo Presidente*, realizado pelo Russo-Americano Maxim Pozdorovkin, que alerta para o poder acrescido da televisão articulada com as redes sociais na Rússia. Quanto aos silos, tema recorrente nos seus trabalhos jornalísticos, por último *The Silo Effect: The Peril of Expertise and the Promise of Breaking Down Barriers*. New York, NY: Simon and Schuster, 2015 que também é usado em [3] e secção 2 adiante e é a rubrica [8] na lista de referências da página 28. Além disso, evoca a desconfiança mútua entre cultores da economia e etnografia notada em [11] para os anos 1930 mas tendo raízes vitorianas como demonstra Marc Flandreau em *Anthropologists in the Stock Exchange A Financial History of Victorian Science*, Chicago, 2016, muito glosado pela mesma Tett em “Finance and culture: lessons from the Cannibal Club”, *Financial Times* 1/12/17.

⁴⁵ Ver Horst von Zander, *Fact - Fiction - "faction": A Study of Black South African Literature in English*, Amazon, 1999 e Ellen Feldman, *Lucy*, W. W. Norton Company, 2004. O primeiro cita Barbara H. Foley, *Telling the truth*, 1986 como exemplo das contradições neo-marxistas ocidentais ao passo que a segunda, em <http://www.thirteen.org/openmind-archive/books/fact-fiction-faction/> tem em 2003 um interessante debate com Richard Heffner baseada na recensão do seu livro no *New York Times*.

⁴⁶ *Obra Completa*, 2014, Tomo III, Volume I, p. 104.

intertemporal entre instituições é muitas vezes ignorada pelos governos, mas não deve impedir de antever “o que hão-de obrar, para que o obrem”.

Entre nós, sucessivas revoluções habituaram a sociedade a desconfiar mais do poder político do que de interesses instalados que assim conseguem controlar em seu favor uma constituição fiscal deixada quase intacta no fim das guerras civis. Ou seja, a administração pública não pode melhorar sem reformas no domínio da fiscalidade e dos procedimentos orçamentais, tão complexas quanto incompletas. Também por causa da constituição fiscal, a diminuição espetacular dos juros permitida pela estabilidade e convertibilidade cambiais foi mais do que compensada pela subida sistemática das despesas primárias em percentagem do produto, levando-nos quase à bancarrota em 2010. Em suma, grupos públicos e privados beneficiaram dos fundos europeus em detrimento das classes médias; a voracidade desses grupos travou as reformas estruturais de que precisavam aquelas classes e continua a ameaçar a poupança que as famílias querem realizar ao longo do ciclo vital. Ciclo este que, com mais eleições e menos mudança, perpetua a própria voracidade [1]. Infelizmente, esta miopia política é alavancada pelas instituições europeias, prejudicando a diferencialidade dos Estados-nação pequenos e médios.

Sem embargo, a mescla de facto e ficção é multiforme e muito dependente do contexto, como revelaram os exemplos sul-africano e norteamericano antes apresentados. Até a facção épica de *O Último Ultramarino* me suscita tanto a defesa do “sincretismo e da miscigenação” no samba provocação de Gilberto Gil⁴⁷ como a visão benigna de um fado da minha infância milagrosamente conservado pela minha saudosa irmã e reproduzido em caixa. Outro enredo decorre do relato da viagem dos finalistas de Económicas a Angola em 1958, que termina com um baile de gala oferecido pelo Governo-Geral. Aí, o economista que viria a fundar a *Nova School of Business and Economics* destaca “a atuação de um conjunto de rapazes de cor que interpretou, segundo um ritmo próprio, algumas canções do folclore nativo e algumas canções metropolitanas. Tivemos um verdadeiro interesse em ouvi-los, apesar do barulho feito por um conjunto de meninos e meninas da sociedade de Luanda, que por sua...nos fizeram meditar com amargura no futuro de Angola se este lhes vier a ser entregue”⁴⁸. Se o saudoso portuense (quase) abandonara a reserva do bom aluno perante os “pretensiosos e puramente patetas assomos de racismo” naquela sociedade *ante bellum*, há hoje quem denuncie a “brandura de olhar sobre nós próprios” que ao facto de não se ensinar o que chama “um *apartheid* em Angola e em Moçambique, alimentado por

⁴⁷ Vale a pena citar o refrão: “Bob Marley morreu/Porque além de negro era judeu./Michael Jackson ainda resiste/ Porque além de branco ficou triste” in *O Eterno Deus Mu Dança*, 1989. Porquê? Misturando as metáforas poéticas seria por causa do título me lembrar, desrazoavelmente, “L’Étrangère” de Louis Aragon, poema perdido na 2ª edição do *Roman Inachevé* de 1956, posto em música pelo inesquecível Leo Ferré? É que, sem surpresa, o poeta comunista, depois de confessar “J’aimais déjà les étrangères/ Quand j’étais un petit enfant” dizia da sua efémera como no texto.

⁴⁸ Da autoria de Alfredo de Sousa (1931-94), que colaborou com o Curso Superior de Economia em Luanda e revolucionou o ensino da economia em Lisboa [16], o relato, publicado em *Economica Lusitania* em 1959, contém comentários sobre o desenvolvimento angolano, particularmente na agricultura. O trecho citado no texto (que vem a páginas 14-15) não surpreende quem conhece a experiência americana e sul-africana, comparadas em *American dilemma: the Negro problem and modern democracy*, Harper & Row, 1944, escrito por Gunnar Myrdal 30 anos antes de receber o prémio Nobel da Economia e listado como [3] na lista da p. 16. Como referido em [18], este paralelo entre as duas principais potências dos dois continentes não é apreciado nas seguintes, que agora também são membros do G20: Argentina (na presidência), Brasil, México, Argélia, Egipto, Nigéria (não contando Canadá que, com Itália, completou o G7 depois da Cimeira de Rambouillet em 1975). Ver infra no texto.

Portugal”⁴⁹. Depois de África do Sul e EUA, em vês de ir por aí, prefiro encontrar outros caminhos complementares da lusofilia: a “facção” histórico-romântica *Tempos Extremos* da jornalista brasileira Miriam Leitão em 2014 e *L’Étrangère*, do comunista Louis Aragon, 1956: “elle avait les yeux d’outremer/ elle en montrait la déraison”.

Manuscrito manchado que me foi entregue por Francisco Sousa em 6/6/16 no Cemitério de Galveias antes do enterro de Maria Rosa Braga Pinheiro (9/10/24-4/6/16) na campa dos pais.

Fado inédito por volta de 1944 em Lisboa no bairro da Madragoa

1. Certo preto grande esteio/ De um país altivo e forte/ Sem o mais leve receio
Andava pelo passeio/ Lá n’América do Norte bis

2. Diz-lhe um guarda de repente/ Que ao seu encontro veio

Saia já rapidamente/ Porque tal raça de gente/ Não pode andar no passeio bis

3. Sou desta raça senhor/ Mas tenho um valor profundo

Sou de um país de valor/ Muito nobre e sonhador/ Conhecido em todo o mundo bis

4. A sua voz levantou/ Para clamar (?) com firmeza

Vai saber de onde sou/ e no peito lhe mostrou/ A bandeira portuguesa bis

5. Deu-se o guarda à evidência/ Ao ver tão lindo estandarte

Ao preto fez continência/ E disse Vossa Excelência/ Pode andar por toda a parte bis

Para Chico Souza oferece Ana Irene Braga de Macedo (24/11/51-10/4/82)

Galveias , 28 Fevereiro 1982

2. Ultramontano, mar oceano e lusofonia global

Antes dos conceitos de “ultramontano”, “mar oceano” e “lusofonia global” está a existência de Portugal como entidade política de direito internacional, sem a qual não se pode falar da nossa diferencialidade [6], [8] e [12]. Ou seja, deve partir-se da bula *Manifestis probatum*, que reforçou a tradição ultramontana e permitiu depois sustentar a descoberta do mar oceano, ou seja transformar o Atlântico no *mare nostrum* dos Romanos, enquanto prioridade nacional. Nas palavras que meu pai usou na Academia das Ciências [5], “os portugueses, entre outras características de persistência e trabalho, sempre tiveram a capacidade, que a bula papal reconheceu, de usar a independência política em defesa do bem comum”⁵⁰. Nesse sentido, como seu estimado Charles Boxer (1904-2000) poderia dizer, Ceuta aponta para o ultramar⁵¹.

2.1. Escrevendo cartas a Rainhas

Voltando à língua em que escrevemos sobre a crise, resultará ela de um “*património genético*” caracterizado por uma rivalidade entre godos e fenícios, aventando Bartolomeu

⁴⁹ Seguem, para informação, as perguntas do meio: “Porque insistimos num olhar benevolente sobre um Portugal que não hesitou em promover o trabalho escravo até 1974? Vamos perpetuar a narrativa de um colonizador que não discriminava porque se miscigenou com as populações locais, quando sabemos que obrigava essas pessoas a despirem-se da sua identidade africana, a mudar de nome, a alisar o cabelo ou a esconder a sua língua? Até quando iremos contribuir para uma mentalidade acrítica sobre um dos fenómenos mais violentos da nossa história?” Joana Gorjão Henriques, *Público*, 09/06/20

⁵⁰ Citei esta frase no prefácio de [20], da autoria do saudoso confrade Armando Lencastre (1924-2017).

⁵¹ Vai um pouco mais longe a secção “Terra de mulheres; berço dos ultramarinos” de *Ceuta Primeira Conquista de Portugal Além-Mar*, Lisboa: Monitorius, 2015 (que dedica à memória de sua mulher de sempre) pois advoga que os ultramarinos nasceram nesse novo reino: “Foi em Ceuta que nasceu o primeiro ultramarino” (p. 148) embora o autor tenha o cuidado de acrescentar que só séculos depois seriam chamados assim.

que aqueles viviam “a olhar para os seus reinos e senhorios ou simplesmente para as suas plagas”, ao passo que estes “sendo ousados foram os que mais ousaram”? Com a devida vénia a Pessoa, a pátria do lusófono é a sua língua portuguesa⁵². Relativamente ao antigo património genético português, Bartolomeu aventa que é feito de godos virados para dentro e fenícios virados para fora - mas não se pode presumir que as raízes europeias dos ultramarinos sejam sempre fenícias e as africanas, americanas ou asiáticas não possam ter equivalência goda. Trate-se de liberdade poética, de ressaca do trauma da descolonização ou de “sodade dessa minha terra”⁵³, devemos inspirar-nos na epopeia brasileira para apreender as implicações da diversidade genética e o modo como, antes das brutais invasões napoleónicas, nobreza, clero e povo supriam as suas rivalidades em nome do interesse nacional⁵⁴.

Aqui Vieira - e a Restauração - surgem como inspiradores de confiança nas constantes e linhas de força da nossa diplomacia e reputação financeira, mas já o juízo relativo à Monarquia liberal e à República há-de parecer tão severo como o que merecem os capitães de Abril. Ao contrário, mesmo que o Estado Novo tenha conseguido repor a diferencialidade portuguesa durante a grande depressão dos anos trinta e manter a neutralidade durante a segunda guerra mundial, não há como evacuar as interferências entre adesão à EFTA, guerra no Ultramar e emigração europeia que marcariam os anos 1960, pondo lado a lado a interdependência económica crescente e a sensibilidade política mútua ausente na comunidade de segurança do Atlântico norte à qual, contrariamente à vizinha Espanha, pertencemos desde o início da NATO e da OCDE. Nestas circunstâncias, que a “primavera marcelista” apenas conseguiu equacionar teoricamente antes de soçobrar, não se vislumbra o contrafactual virtuoso da “ruptura pactada” seguido pela vizinha Espanha. Pior, quando avançava a terceira vaga da globalização, a constituição económica e financeira ficou congelada entre 1976 e 1989 [12].

Passadas as viagens marítimas da primeira globalização, surgiram convulsões ibéricas e europeias antes da segunda, ameaçando as liberdades política e financeira até à terceira. Assim, durante cerca de metade dos últimos duzentos anos, falhas houve nas liberdades e nas pertenças europeia e lusófona dos portugueses. O mesmo se pode dizer, relativamente tanto às pertenças próprias como à pertença comum, de cada um dos outros oito países membros da CPLP. Atente-se que países e comunidades locais espalhadas pelos cinco continentes e pelos sete mares partilham à sua maneira o reino sublimado. Exposições como *Abraçando o Globo* que esteve patente na *Smithsonian Institution* em Washington e no *Palais des Beaux Arts* em Bruxelas nos anos 2000 ou *Os Senhores do Oceano*, patente em Moscovo até finais de Fevereiro, fazem eco ao poeta e suscitam lusofilia – entre estrangeiros. A sua ausência nos nacionais levou ao que meu pai amargamente chamou “Mísera sorte, estranha condição! [13, p. 247].

⁵² Frase que Mía Couto fez sua numa entrevista ao *Público* em 3/12/15, citado pelo confrade Marcello Mathias que a considera “formulação feliz” em *Caminhos e Destinos a Memória dos outros II Ensaios e Crónicas*, Leya, 2017 depois de ter afirmado que Rivarol e Hesse disseram o mesmo que Pessoa relativamente às suas línguas.

⁵³ A letra da morna é dos anos 1950 por Armando Zeferino Soares mas ficou célebre a interpretação de Cesária Évora em *Miss Perfumado*, 1992.

⁵⁴ O famoso panorama entre a conquista de Ceuta e a independência do Brasil intitulado *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire 1415-1825*, Oxford: Clarendon Press, 1963 é debatido por Diogo Ramada Curto, “The debate on race relations in the Portuguese Empire and Charles R. Boxer’s Position”, *e-journal of Portuguese History*, Vol. 11 · n.º 1 · Summer 2013. Ver nota 20 adiante.

A referida carta a uma Rainha Lusófona fictícia que tem em conta a diversidade da CPLP faz-se eco da pergunta da Rainha de Inglaterra acerca da surpresa da crise, “se era tudo tão grande, como é que ninguém reparou?” Ao tentar responder, os académicos britânicos denunciaram a “crença dos políticos de que os banqueiros eram engenheiros”, longe de prever que os escândalos subsequentes na indústria automóvel também beliscariam esta profissão. De novo, a presidente do *Commonwealth* não respondeu aos economistas, cuja carta era estreitamente doméstica, mas os “silos”, que aí abundavam, já então eram fustigados pela antropóloga do *Financial Times* [3]. Mais, logo em 2009, o Presidente brasileiro, questionado pelo seu homólogo britânico que então presidia ao G20, mostrou-se indiferente à “crise de olhos azuis”, culpando os responsáveis daqueles países onde não era suposto haver crises. Talvez sem o saber, Lula fazia-se eco da desrazão que o poeta comunista associara à cor ultramarina dos olhos da sua efémera estrangeira...

Resumida na caixa seguinte, a carta beneficiou das contribuições interdisciplinares de Jean-Pierre Contzen (1935-2015), das Academias de Lisboa e da Bélgica, que também abriu para a francofonia posto que tivesse feitos as suas contribuições em inglês [10].

Atrevem-se a escrever a Vossa Majestade Lusófona alguns sócios da instituição fundada a 24 de dezembro de 1779 em Lisboa pela Rainha Maria I. Recordando a primeira globalização, cremos na natureza espiritual do singular reino sublimado a partir da ocidental praia lusitana onde, a despeito de tantas convulsões subsequentes, está hoje sedeadado o secretariado duma Comunidade de nove países de língua portuguesa. Os cidadãos e seus descendentes têm formado comunidades e suscitado lusofilia em todos os continentes - o do gigante Brasil, onde morreu a fundadora, e os outros.

O tema que trazemos a Vossa Majestade decorre da travagem da terceira globalização, a qual, depois de acelerar com o fim da Guerra Fria, ameaçou dois grandes países anglófonos, esteios da segunda globalização, em consequência de uma falência bancária. As duas cartas que, em Julho de 2009 e Fevereiro de 2010, Isabel II recebeu de dois sócios da Academia fundada pelo seu avô limitam-se ao Atlântico norte. Ao contrário, a nossa abarca o globo e combina contributos de sócios de Letras e Ciências, a começar por um engenheiro francófono, filiado na instituição fundada em 16 de Dezembro de 1772 pela Imperatriz Maria Teresa de Áustria. A ele se deve a Declaração de Lisboa sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Global, aprovada na instituição sucessora da Comissão de Cartografia fundada pelo Rei Luís em 1883, nas vésperas da Conferência de Berlim. Seguiu-se uma declaração em Maputo, e a ambas se associou a Comunidade.

Também tivemos em conta que a Carta que o Bispo Jerónimo Osório enviou à Rainha Isabel I em 1562, reforça o apelo à unidade espiritual elogiando qualidades femininas de ‘mansidão’ e ‘formosura’ que também vemos em Vossa Majestade. Sabemos que nem essa, nem as enviadas a Isabel II foram atendidas, mas julgamos terem apurado o espírito dos remetentes.

Acreditamos assim que a fluidez da amizade e do conhecimento mútuos libertem o potencial da lusofonia, interpelando membros observadores da Comunidade, como Turquia e Japão, e comunidades lusófonas espalhadas por toda a parte, incluindo noutros grandes mercados emergentes, como Índia, China e vizinha África do Sul, promovendo o bem comum global, agora que a crise parece ter sido superada e a diversidade lusófona é mais conhecida.

2.2. IBSA, BRICS, G20 e Japão

Para além da referência à morte da Rainha Lusófona que fundou a Academia das Ciências de Lisboa no gigante Brasil, foi lá que nasceu a tese do lusotropicalismo (ver texto acima, p. 24ss). Além disso, no centenário, o Papa Francisco salientou a dimensão mundial das aparições de Fátima e, tal como os seus dois predecessores, apelou ao bem comum global - sublimando a globalização⁵⁵. Assim a Carta olha para a governação mundial, de cujos diretórios o Brasil faz parte. Além do G20 onde estão membros da OCDE, NATO e EU (Turquia e Japão, observadores na CPLP), o Brasil também opera em grupos compostos por três democracias robustas (IBAS) e os grandes mercados emergentes, ditos BRICS. Mais uma vez, foi porque transformou o Atlântico noutra *mare nostrum* europeu que a primeira vaga da globalização conseguiu chegar ao outro extremo da imensa massa euro-asiática pelo Índico e pelo Pacífico.

Queria por isso salientar o espírito de solidariedade com o Japão, cuja existência os portugueses já conheciam cem anos depois de Ceuta e levou meu pai a afirmar duas certezas: “era impossível conquistá-lo ou dominá-lo” e “fomos sempre uma presença de paz: para além da diferença de culturas e até de sensibilidades, certo é que mostramos bem que os homens se podem encontrar e comungar da mesma humanidade, se o espírito for de solidariedade e de respeito mútuo. Mesmo no insucesso o mostrámos.” [7, p. 10-14] Alberto Vaz da Silva (1936-2015), companheiro de viagem, evoca um jantar oferecido pelo consul-honorário de Portugal em Osaka, cujo avô tinha sido “um dos sete escolhidos pelo imperador Meiji para visitar o ocidente quando o Japão abriu portas” e desabafa: “Foi com este velho senhor que ao falar de tudo no fundo era do avô que falava que percebi o que significa descender das divindades, ter-se a mesma realidade imperecível. Mudo, à sua frente, aprendi japonês.”⁵⁶ A comunidade de Nagasaki sofreu com a unificação política de 1603, mas prosseguiu, nos termos que foram vividamente retratados no romance *Silêncio*, que inspirou um filme japonês em 1971 e americano em 2017⁵⁷. Sem embargo, as memórias do embaixador do Japão em Lisboa [23], chegado de New York, onde foi preso depois do ataque a Pearl Harbor, num navio sueco, via Lourenço Marques, revelam quão importante foi a comunicação com o Japão acerca da administração de Macau e de Timor – que o autor nem sonharia viesse a atingir a independência em luta contra a Indonésia!⁵⁸ Dada a saliência do assunto e a abundância das fontes, é de recordar um trabalho inédito intitulado “A primeira e segunda invasões de Timor”, aliás escrito pelo primeiro responsável diplomático português em Angola, Carlos Teixeira da Motta (1941-1984), saudoso amigo que lá encontrei

⁵⁵ [9], onde cito [24] um escrito de meu pai no qual “a sucessão intransmissível das ‘culturas’ que o homem tem elaborado para sobreviver” será a história [p. 235 *in fine*].

⁵⁶ [7] é uma preciosa edição em português, inglês e japonês do Centro Nacional de Cultura com aquarelas de Graça Morais, pp. 10-14. Passavam quase 475 anos sobre a chegada dos namban-jin, designação que significa “bárbaros do sul” e que, de acordo com o *Diário de Viagem* *ibid.*, p. 21, veio a aplicar-se a todos os ocidentais.

⁵⁷ *Diário de Viagem*, cit. *Passim*. Já citei Boxer, oficial, espião e historiador que meu pai muito apreciava e sobre o qual vale a pena ler “The C.R. Boxer Affair: Heroes, Traitors, and the Manchester Guardian” por Kenneth Maxwell, Council on Foreign Relations, 16 Março 2001.

⁵⁸ Consciente das constantes e linhas de força da história diplomática a que quase todas as nações devem obedecer, para sobreviver enquanto entidades políticas, o embaixador adverte logo no prefácio para “o risco de a nossa pátria perder a independência e, por conseguinte, de desaparecer”; confessa ficar “grato pela oportunidade que esta derrota de hoje pode representar para o renascimento da nossa nação”. Pouco antes de ser eleito pelo Partido Socialista japonês escreve: “Ainda hoje consigo lembrar-me da imagem de Salazar, que enfrentou e lidou de maneira inteligente com a questão das relações muito sensíveis com o Japão. Sempre que recordo a época em que estive em Portugal, não consigo deixar de pensar que se tivéssemos tido pelo menos um político assim como ele, bastava um só, o nosso país teria avançado noutra sentida e não sofreria a triste sorte que está actualmente a atravessar” [23, p. 101].

e deixou ao irmão João, que também foi diplomata, um diário extremamente valioso mas infelizmente também inédito. Conclui Carlos que, “se não fosse a precipitação e nervosismo holandês”, se teria evitado o envolvimento de Timor na guerra, com a consequente perda de vidas e alargamento do teatro de operações aliado. E acrescenta que não houve consequências de maior gravidade para o nosso país “devido à prudência dos governos envolvidos e à teimosa preservação da neutralidade portuguesa através de todas as tentações”. Pode juntar-se a esta relação Angola-Timor outra que envolve a África do Sul, à qual aludi no centenário de António Braz (ver texto acima p. 2ss). Ocorre que Luís Brites Pereira, nomeado Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação em 2011, tinha sido bolseiro pós-doutoramento no IICT e coláboramos em vários trabalhos [8, 12]. Em 2008 fundou comigo o Centro Globalização e Governança na Nova que aproximámos da Academia das Ciências e do IICT. A tutela deste Laboratório de Estado passou para o MNE com o propósito de alargar a diplomacia à cooperação, à cultura, à ciência e à economia.

A tentativa foi protagonizada pelo anterior Primeiro-ministro, que criou o Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia a que presidiu ao longo da legislatura, juntando aos ministros relevantes a CIP e outras confederações patronais [22]. Queria recuperar o papel que Portugal desempenhara na primeira vaga da globalização, tornando complementares as pertenças europeia e lusófona dos cidadãos e considerou Nelson Mandela (1918-2013), eleito sócio honorário da Academia das Ciências, “o maior ícone político da nossa geração”⁵⁹.

O nosso insucesso foi mais gritante na segunda vaga da globalização, quando o Japão, ao abrir-se, iniciou o primeiro processo de desenvolvimento económico sustentado fora do Atlântico norte. Vencida a Rússia, aliou-se aos vencedores da Grande Guerra mas não conseguiu vencer a oposição anglo-americana à proposta de equiparação racial apresentada na conferência de Paris em 1919⁶⁰. Foi uma vitória de Pirro, como se sabe: nas décadas seguintes, o império nipónico tentou dominar o Oriente, atacou os Estados-Unidos e capitulou, aceitando a proteção militar americana. Tornou-se assim líder mundial em longevidade, urbanização, produtividade, segurança e sustentabilidade e motor do desenvolvimento económico na Ásia Pacífico. Aí, a par da Coreia e da China, colabora intensamente em grupos regionais como a Iniciativa Multilateral de Chiang Mei, estando previsto organizar a cimeira do G20 em 2019. A projeção asiática da CPLP, essa, começou com a cimeira de Dili, em 2014, que acolheu como observadores, além dos dois membros do G20, Geórgia e Namíbia.

⁵⁹ “Madibas’s legacy: A note from Portugal” por Pedro Passos Coelho, tradução portuguesa do artigo publicado no *City Press* no 3º aniversário da sua morte. No seu discurso de despedida no 37º Congresso do PSD, voltou a invocar o exemplo de Mandela, “herói da nossa época” <https://www.youtube.com/watch?v=8mnoqiknGTU> min 27:23-45.

⁶⁰ Na sua aclamada crónica das negociações, *Paris 1919*, 2001, p. 316 Margareth MacMillan explica o processo em detalhe: a 13 de Fevereiro, debateu-se em comissão uma emenda apresentada pelo Japão à clausula da liberdade religiosa proibindo antes a discriminação com base na raça ou nacionalidade. Cecil, representante britânico, objetou em nome do império e sugeriu adiar o debate. O representante grego sugeriu que se abdicasse da liberdade religiosa ao que o português objetou porque “his government had never yet signed a treaty that did not call on God” mas a decisão foi retirar ambas as clausulas. Os japoneses indicaram que voltariam ao assunto no plenário do dia seguinte, mas Wilson tinha de regressar aos Estados Unidos e o tema foi adiado até que os japoneses forçaram a votação em 11 de Abril de uma referência à igualdade racial no preâmbulo, que obteve maioria mas Wilson, que presidia insistiu na unanimidade.

É neste contexto “ultra-atlântico” que a Carta à Rainha assenta uma ideia portuguesa da globalização nas pertenças europeia e lusofóna dos cidadãos. Serve assim para abordar a descolonização, palavra que Bartolomeu convence o narrador a substituir por “*descolonialismo*”. Como todos os -ismos, pode aumentar a ambiguidade: a expressão angolana “desconseguir” acaba sendo pior do que “não conseguir” porque prejudica nova tentativa. Pode dizer-se que a lusofonia global se sustenta alavancando a “amizade mútua” dos membros em “conhecimento mútuo” destes e das suas áreas de integração regional. Nesse espírito, as comemorações do 125º aniversário da criação da Comissão de Cartografia, antecessora do IICT, incluíram iniciativas no Arquivo História Ultramarino como o seminário de Jay Levenson, curador da exposição *Abraçando o Globo*, e conferências sobre as consequências da crise financeira global e sua interação com a do petróleo e dos alimentos⁶¹.

Em 1994, num ensaio reeditado em [13, p. 76-77], meu pai alertou contra a arma militar na terceira globalização: “A sociedade tinha mudado. O método revolucionário deixara de servir. O aviso português será percebido em toda a sua profundidade, doze anos depois, na Europa Oriental. (...) Afinal, tal como o 28 de Maio, o 25 de Abril também foi um movimento militar. A experiência política vinha de antes e afirmou-se depois. A arma militar é um instrumento, não é a essência do político.”

A lição aplica-se aos nove membros da CPLP, mormente aqueles em que não estão asseguradas paz civil nem fronteiras, de modo que a cooperação militar e diplomática é tão necessária quanto difícil, até pelo peso de entidades que zelam pela cooperação económica, monetária e científica pública e privada. Esquecida a crise, a Zona do Euro recupera relativamente aos Estados Unidos, os BRICS reconhecem a nossa diferencialidade e Cabo Verde vai suceder ao Brasil na presidência da CPLP. Portugal abre ao mundo, o mundo gosta do reino sublimado sem o saber e a *Monocle* prega lusofonia e lusofilia em inglês⁶²!

Ainda assim, a política externa continua divorciada da interna, com prejuízo para ambas. Como lembrei acima, em 2013, falhou a tentativa de aproximar o Camões-Instituto de Cooperação e da Língua do IICT, o Palácio Brunay, de volta para o património do Estado, ficou devoluto, e a parceria público-privada informal entre IICT e ELO não interessou às entidades sucessoras [14, 21].

3. Futuro antiquíssimo

Ao contrário de Ceuta, história pátria contada com a mestria de quem priva com os seus antepassados mais remotos através da escrita e da imaginação, este foi para mim um livro quase tão difícil de ler como de não ler. Não por causa do seu autor, certamente, com quem simpatizara desde que, há mais de trinta anos, o recebera no Centro de Socioeconomia, onde antevia lusofilia na minha Faculdade e estava ocupado a fundar a ELO. Voltei a vê-lo já neste século, quando precisou de acesso a algum documento do Arquivo Histórico Ultramarino, que foi parar à Torre do Tombo em 2015. À terceira foi de vez: reprimando a recomendação primeira, ofereceu-me um exemplar de Ceuta (Huamba está esgotadíssimo) e convidou-me a prefaciar O Último Ultramarino. Quando pedi para pensar e me entregou o manuscrito, marcámos novo encontro. Mal comecei a ler, fiquei com

⁶¹ Citaram-se alguns trabalhos da referência [15] da lista da p. 17 na nota 4 acima.

⁶² Trata-se das referências 6 e 7 da lista da p. 28 acima, citadas *ibid*.

sentimentos mistos que me acompanharam até chegar à inauguração do memorial dedicado aos antigos colonos.

Aí lembrei-me do último canto dos *Lusíadas* – e aceitei. Na verdade, tínhamos falado de *Autonomia de Angola*, publicado em 1910, cuja 2ª edição tinha sido re-apresentada pelo filho (única vez que escreveu acerca do pai) e a 3ª foi incluída nas comemorações do 125º aniversário do IICT. O novo prefácio salienta o “combate contra preconceitos arreigados como o racismo” (p. 24) como um dos aspetos inovadores da obra e também conforta a lenda familiar, segunda a qual o padrinho que não conheci, degredado por ser republicano, foi dirigir o jornal *Defesa de Angola*, apoiado por forças vivas autonómicas. Acresce que, depois dos anos de brasa 1974/75 passados em Angola e da participação numa missão do Banco Mundial em 1987, voltara a colaborar com a Universidade, especialmente a Católica de Angola, e a sentir a magia da cidade, sempre tão desrazoavelmente igual e tão obviamente diferente a meus olhos (não azuis).

Tinha pois de aceitar, embora receasse tão inesperada oportunidade de reviver aquela extraordinária chegada a Luanda em Junho de 1974. É, a despeito de ser a primeira vez que viajava ao sul do Sara, tive a certeza de já lá ter estado! Recebera a ordem de incorporação em meados de 1973 quando estava a preparar o doutoramento nos Estados Unidos e o director do departamento de economia prometeu-me “asilo político para escapar ao serviço militar”. Bastava pedir! Mesmo ao som de “Sittin' down here thinkin', I don't wanna go to Vietnam”⁶³, vinham-me à memória não só antepassados maternos Angeja que, segundo Avelino, saudoso primo de Avis, teriam participado na expedição a Ceuta mas também uma viagem a Alcácer-Quibir no verão anterior - que viria a dar em casamento. Mau grado todos os “mixed feelings”, fiz o serviço militar e Yale voltou a aceitar-me depois de Abril, qual veterano.

A “facção” épica parece-me uma autobiografia com tempo translato e Angola para além de 2095 um futuro antiquíssimo, ancorado na África austral, no Brasil e na ocidental praia lusitana. São dúvidas que o tetraneto do último ultramarino poderá esclarecer, quiçá a partir de Dili ou de Tóquio, numa sequela que saberá bem ler.

Referências (para não repetir remete-se para o número da lista pp. 17- 19)

1. “Antevendo mais economia”, *Expresso* 31 Dez 2004
2. *Autonomia de Angola*, 1910, 3ª edição, Lisboa: IICT, 2008 (A)
3. “Carta à Rainha Lusófona: Esboço e Interpretação” (6)
4. “Conhecimento mútuo e lusofonia global” (8)
5. “Constantes da História de Portugal”, *Portugal um Estado de Direito com Oitocentos Anos Bula Manifestis probatum de 23 de Maio de 1179*, Academia das Ciências de Lisboa, 1979 (P)
6. *Constantes e Linhas de Força da História Diplomática Portuguesa*, 2ª edição, IDN, 2006 (P)
7. “Da Descoberta à redescoberta”, in *Japão 1543-1993 Diário de Viagem*, Centro Nacional de Cultura, 1993 (P)
8. “Diferencialidade Portuguesa na Globalização” (10)
9. “Diversidade da Lusofonia, no Espaço e no Tempo”, *Homenagem ao Papa Francisco por ocasião da sua vinda a Fátima*, organizada por Fernando Paulo Baptista, Lisboa: Edições Piaget, 2017, pp. 487-8

⁶³ John Lee Hooker, “I don’t wanna go to Vietnam”, *Simply the truth*, 1969.

10. “Elogios e Memórias de economistas – e não só parte 1 depois da crise” (13) “Jean-Pierre Contzen (1935-2015) Sábio global, militante europeu, combatente belga, nosso confrade”
11. *Etnografia e economia*, manuscrito s/d ca. 1930 (A)
12. “Globalização e Governança: uma perspetiva portuguesa”, *D'aquém, d'além e d'ultramar Homenagem a António Dias Farinha*, organizado por Francisco Contente Domingues, José da Silva Horta e Paulo David Vicente, volume II, pp. 1771-1804, 2015
13. *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar* (P) (23)
14. “Lisbon meetings and global lusophonia rising” (24)
15. “Lusofantasmas nos lados do Campo Grande” (reproduzido acima p. 24s)
16. “Macro de Economia Aberta: Ensino e Prática depois de Abril” (organizador), *NSBEWP* nº 619, Janeiro 2018
17. “Política externa portuguesa, africana e social: Madiba e TropiKMan Ph. D. (25).
18. *O Espirito da Lusofonia Global em António Braz (1917- 98)* (reproduzido acima p. 12ss)
19. *Parcerias Público-Privadas e Integração Económica na África Austral* (co-organizador), IICT e UCAN, 2004
20. “Prefácio” Armando Lencastre, *Evolução Cristo o alfa e o ómega – o princípio e o fim* por, Lisboa: Leya, pp. 13-16
21. “Prefácio”, José Freire Antunes, *O Factor Africano. 1890 –1990*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1990, pp. 9-22 (P)
22. Presidência do Conselho de Ministros, *Relatório do Grupo de Trabalho sobre Internacionalização e Desenvolvimento* (28)
23. “Sabre, silêncio e saudades” (26).
24. “São Francisco e a natureza como recurso epistemológico permanente”, *São Francisco de Assis. 1182 - 1982. Testemunhos Contemporâneos das Letras Portuguesas*. Organização de Adelino Pereira, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, imp. 1982, pp. 215-224 (P)
25. “Science for development and EU-Africa advanced training partnerships: the case of TropiKMan PhD” (com Ana Melo) *RUFORUM Working Document Series* No. 14 (2): 87-96, Outubro 2016.
26. “Uma Reapresentação”, *Autonomia de Angola*, 1910, 2ª edição, IICT, 1988 (P)
27. *Writing to Queens while Crises Proceed* (23).

INOVA



Nova School of Business and Economics

Faculdade de Economia
Universidade Nova de Lisboa
Campus de Campolide
1099-032 Lisboa PORTUGAL
Tel.: +351 213 801 600

www.novasbe.pt